



REVISTA

Palmares

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

ANO IV - NÚMERO 4 - OUTUBRO 2008

ISSN 1808-7280



Fundação Cultural Palmares completa duas décadas de luta e resistência na defesa das manifestações culturais afro e da liberdade religiosa

FUNDAÇÃO CULTURAL
PALMARES



20 ANOS

Conquista cidadã

Tão claros os desafios que nos esperam

Nelson Mandela

Em 1988, era a concretização de um sonho. Hoje, mais do que isso, a Fundação Cultural Palmares é a expressão maior de uma conquista cidadã. É tempo de celebrar! Os 20 anos da FCP, 120 anos da abolição da escravidão, os 100 anos de Solano Trindade, o registro da capoeira como patrimônio imaterial brasileiro... Ainda temos muita estrada a percorrer numa sociedade que compreenda que aceitar a diferença é o melhor caminho para se garantir a equidade de gênero e raça.

É importante ressaltar que as exigentes questões de combate ao racismo no Brasil não dependem apenas de políticas públicas de ações afirmativas, que, aliás, no atual governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, foram decisivas para a inserção do negro nas universidades, no mercado de trabalho, nas esferas de poder etc. Faz-se também importante a construção de espaços de reflexões e debates que possam oportunizar mudanças na realidade ainda discricionária e excludente da sociedade brasileira.

A revista *Palmares* objetiva ser um desses importantes instrumentos de visibilidade das manifestações culturais afro-brasileiras, contribuindo na superação do quadro de exclusão em que negros e negras estão relegados no cenário brasileiro. O desafio que se impõe à revista é que ela seja porta-voz de várias vozes, reflexo de várias lutas travadas pelos nossos(as) antepassados(as) e contemporâneos(as) para que a diversidade racial seja compreendida e respeitada.

Nesta edição, fazemos uma homenagem às duas décadas da instituição, lembrando que este espaço é de todos aqueles que se somam à resistência e à luta pelo fortalecimento de nossos compromissos pela superação da desigualdade e pela preservação e difusão de nossas raízes culturais.

Zulu Araújo

Presidente da Fundação Cultural Palmares



Revista Palmares

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Cultura

Juca Ferreira

Fundação Cultural Palmares

Presidente

Zulu Araújo

Revista Palmares

Responsáveis por esta edição

Inês Ulhôa

Waldomiro Santos Jr.

Equipe

Alessandro Resck (webdesigner)

Jacqueline Freitas (jornalista)

Marcus Bennett (jornalista)

Marília Oliveira (jornalista)

Projeto gráfico

2designers@uol.com.br

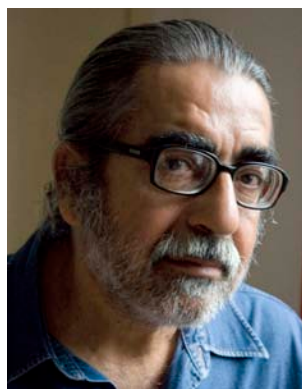
Diagramação

Luisa Picanço

Foto capa: *Presente para lemanjá, Ilha de Itaparica, de Adenor Gondim*

Setor Bancário Sul, Quadra 2,
Lote 11 - Asa Sul - Brasília/DF
tel: (61) 3424-0164/ 0165/0166

O artista desta edição



Adenor Gondim, graduado em Biologia, adotou a fotografia como meio de sobrevivência e de expressão. A religiosidade popular se impôs como tema à medida em que se afirmavam o fascínio e o respeito pelas manifestações da fé. Sua obra foi destaque na Antologia da Fotografia Africana, realizada na Pinacoteca de São Paulo em 1998; na Mostra do Redescobrimento - Brasil 500 É Muito Mais, em 2000,

em São Paulo (módulos 'Barroco' e 'Negro de Corpo e Alma'); na exposição coletiva Acts of Faith - Brazilian Contemporary Photography, no Ashmolean Museum da Universidade de Oxford na Inglaterra, em 2002; Exposição Brasileiro Brasileiros, Museu Afro-Brasil, São Paulo, 2004; L'exposition Bresil, L'heritage Africain, Musée Dapper, Paris 2005; Bienal de Valencia - Espanha - 2007. As fotos de Adenor Gondim publicadas nesta edição foram gentilmente cedidas pelo autor.

Sumário

Artigos

Patrimônio da cultura negra
Zulu Araújo

5

20 anos de história
Carlos Moura

8

Reportagens

Palmares 20 anos

17

Terra a quem de direito

23

Pontos de cultura

35

Um jeito de ser quilombola

40

Cotas nas universidades

45

Em nome da liberdade religiosa

50

Palmares para sempre

58

Intercâmbios afro-latinos

60

Pesquisa

A caminho da reparação

63

Opinião

“Manipulação genética” do
debate sobre raça
Carlos Alberto Medeiros

66

Memória

Solano Trindade

68

Resenhas

Livros

73

Palavra final

Muniz Sodré

79

Artigos



Foto: Adenor Gondim

Augusto Omolu e Alice Becker

Patrimônio da cultura negra

Nos idos de 1980, a comunidade negra brasileira mobilizou-se na defesa de uma Constituição cidadã, que lhe garantisse a cidadania plena e instrumentos legais de combate ao racismo. O passo seguinte a essa conquista foi a criação da Fundação Cultural Palmares para conduzir as complexas questões necessárias para mudar a realidade discredionária e excludente da sociedade brasileira.

Zulu Araújo

Presidente da Fundação Cultural Palmares

Corria o ano de 1988. O país ainda vivia o clima das diretas-já, da anistia, da retomada das liberdades. A Assembléia Nacional Constituinte arregimentara a opinião pública e mexera com os anseios daqueles que lutaram por uma sociedade justa, fraterna e democrática.

Era chegada a hora para que o Estado brasileiro e a sociedade civil assumissem a responsabilidade de fundamentar uma das mais importantes ações de combate à intolerância racial no país. Inscreve-se, então, na Constituição de 1988, a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível, além do reconhecimento das terras dos remanescentes de quilombos. Foi o primeiro passo na luta política pelas ações afirmativas, que, desde então, têm garantido a

milhares de afro-brasileiros a oportunidade de contribuir para mudar a realidade discredionária e excludente da sociedade brasileira.

É neste cenário da redemocratização do país e no clima do centenário da abolição da escravatura, que, em 1988, é criada a primeira instituição do Estado a tratar da questão racial. Com a sociedade civil mobilizada e em clima de vitória sobre a tirania, tudo conduzia para que, enfim, os negros brasileiros pudessem ter um órgão público que desse conta das urgentes questões presentes em seu cotidiano.

Criada no Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente José Sarney, a Fundação Cultural Palmares passa a liderar debates que envolvem questões raciais no campo da cultura e, a

partir de então, toma para si a atribuição de discutir as políticas públicas para a redefinição do papel do Estado brasileiro na luta contra o racismo.

A Fundação Cultural Palmares torna-se protagonista de uma história de sucessos. Foi ela, por exemplo, a primeira instituição pública a levar ao debate a questão das cotas raciais nas universidades públicas brasileiras, com o seminário “O Negro na Universidade e o Direito à Inclusão”.

Coordenou os debates e assumiu a liderança da participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Conexas de Intolerância, em Durban, África do Sul, em 2001. Liderou a campanha pelo combate à intolerância



Zulu Araújo (à direita) no 1º Encontro de Escritores de Países de Língua Portuguesa, Salvador, 1988

religiosa, promovendo o seminário “Diálogo e Intolerância, Religião e Cidadania”. Coordenou, juntamente com o Ministério das Relações Exteriores, a II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, realizada pela Universidade Africana e pela ONU, em Salvador, em 2008. Publica centenas de livros para a formação de professores e lideranças, para atender à lei nº 10.639/2003.

Mais ainda, certificou, até o momento, mais de 1.250 comunidades remanescentes de quilombos, possibilitando assim o acesso de milhares de excluídos aos bens e serviços públicos, além do reconhecimento do direito à cidadania. Essas e muitas outras ações que reafirmam a contribuição da cultura negra na formação do Brasil tiveram não só o dedo mas a ação consciente da Palmares.

A Fundação Palmares tem

como uma de suas missões a preservação e manutenção das comunidades remanescentes de quilombos. O reconhecimento desses grupos é que garante a eles a posse da terra e o acesso a serviços de saúde, educação e saneamento. Nessa sua ação, a Fundação Cultural Palmares já certificou mais de 1.250 comunidades quilombolas Brasil afora.

Novas ações

Esses 20 anos passados servem de reflexão para o futuro e para novas ações. No Brasil, temos a responsabilidade de contribuir para novos fazeres e novos pensamentos, visando à formulação de uma nova política pública de cultura que seja agregadora e impulsionadora de uma sociedade verdadeiramente democrática.

A Fundação Palmares procura agora o diálogo

com as comunidades negras da América Latina, além de intensificar ações junto aos países africanos, em particular os de língua portuguesa, na busca de fortalecer suas raízes comuns.

Enfim, toda essa trajetória reflete o compromisso da Fundação com os interesses maiores da sociedade brasileira e nos desafios por um país mais justo e fraterno.

Na perspectiva cultural, principalmente interessa à Fundação Cultural Palmares que o Brasil tenha na América Latina e na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) um papel integrador de políticas culturais.

Sabemos o valor cultural das misturas de etnias e de povos. Nesse sentido é que a Fundação Palmares tem a iniciativa de construir – respeitando, claro, a especificidade cultural de cada país – mecanismos que interajam

entre os países da América Latina e entre os que integram a Comunidade de Língua Portuguesa. Assim é que nascem o *site* Observatório Afro-Latino e o Portal da CPLP. Trata-se de uma troca simbólica, mas que vai abraçar a ambigüidade e a complexidade de estudos e de pensamentos culturais de cada nação.

Conhecer essas nações em toda a sua diversidade e dialogar com as experiências de cada uma é o objetivo maior da Fundação Palmares, que se coloca como intermedia-

dora nessa caminhada. Assim é que o Observatório Afro-Latino e o Portal da CPLP se destacam como experiências ímpares nesse rico e variado mundo da cultura.

Projeto desafiador

O Programa como um todo é ambicioso, amplo e desafiador, pretende trabalhar nos mais diversos campos: literatura, cinema, música, artesanato, teatro etc. Mas terá como foco central de suas ações a difusão da enorme contribuição que cada país tem a oferecer.

Queremos a cultura vista não como algo exótico, mas como um instrumento transformador. Algo para ser visto, sentido... e entendido. Na mesma medida, a união entre pessoas, povos, nacionalidades e culturas deve ser estimulada. A Fundação Palmares aposta nessa idéia e quer combater as barreiras discriminatórias que vão de encontro a esse propósito. São frentes como essa que possibilitam estabelecer um novo cenário de troca de informações e produção cultural entre os países amigos.



Foto: Arquivo FCP

Não queremos a cultura como algo exótico, mas como instrumento transformador

20 anos de história

Torna-se imperativo ao primeiro presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP), ao comentar os 20 anos de criação da entidade, revelar fatos acontecidos no passado que deram origem à instituição. Revelar que ela não surgiu da vontade solitária de governantes, mas em resposta a pressões da sociedade organizada, mormente da parcela formada de negros e negras. Justiça seja feita aos governantes que à época entenderam o momento histórico vivido. Sensíveis, corresponderam às expectativas populares e iniciaram a caminhada para inserção da temática comunidade negra na agenda de Estado.

Carlos Moura

Uma corrente de negritude invadia o Brasil: denunciava-se o racismo e propunham-se ações de valorização da comunidade negra em todos os níveis de vida em sociedade. Cumprimentos ao movimento negro, de cujas reivindicações surgiu – na estrutura do aparelho estatal – um órgão encarregado pelo estudo, a divulgação e a pesquisa da cultura afro-brasileira, além de buscar caminhos eficazes para o combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação.

Poder-se-ia dizer que essa Fundação Cultural Palmares foi gestada nos idos de 1979, quando, em Uberaba/MG, um grupo de negros e negras reuniu-se para promover debates e formas de valorização da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, elevar

a auto-estima da comunidade negra. Duas consequências advieram do mencionado encontro: a Carta de Uberaba e a criação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), em Brasília. Com efeito, os militantes da Capital Federal, embalados pelas conclusões de Minas Gerais, decidiram instituir uma entidade do movimento negro no Distrito Federal e a Carta de Uberaba foi inscrita nos Anais do Senado Federal por iniciativa do então senador Itamar Franco.

Inicia-se o resgate de Zumbi dos Palmares. Entre 1979 e 1989, em todo dia 20 de novembro, realiza-se uma peregrinação à Serra da Barriga, em Alagoas, no município de União dos Palmares, local sagrado, onde, por 100 anos,

os quilombolas, cujo líder mais destacado foi Zumbi, enfrentaram tropas do Império e capitães-do-mato. Decorridos tantos anos, a romaria se repete, até hoje.

Foi lindo assistir na primeira caminhada em 1979, ao raiar do dia 20 de novembro, Mãe Hilda montada num burrico subindo a serra. Liderando a militância, Abdias do Nascimento.

Os participantes contavam com o apoio do então reitor da UFAL, João Azevedo, e do movimento negro, representado pela Associação Cultural Zumbi, sob a coordenação do Zezito Araújo, e a colaboração da Fátima, da Wanda e da Silvette. Quatro companheiros que sustentaram nas Alagoas a missão do resgate de Zumbi. Inte-



Foto: Januario Garcia, Reprodução

Peregrinação à Serra da Barriga (1984)

ressante notar a ausência de parlamentares alagoanos e a pálida participação dos executivos municipal e estadual.

Dos quatro cantos brasileiros, o movimento negro e aliados indígenas, além de outros não-negros, conscientizavam a sociedade e escreviam uma das mais nobres páginas da História brasileira até então desconhecida: a saga da República dos Palmares. Entidades as mais diversas, lideradas por militantes negros, tomaram a si a tarefa de aprimorar os estudos, as pesquisas, as propostas, as denúncias de racismo, com o objetivo de contribuir para um país mais democrático e igual, um país que ultrapasse as barreiras do preconceito e da discriminação contra a comunidade negra.

Diversas foram as participações. Porém, vale lembrar

o Floresta Aurora, em Porto Alegre/RS, o Elite Clube e a Frente Nacional Afro-Brasileira (Fenabra), em Uberaba/MG, o Ilê Ayê e o Olodum, em Salvador/BA, o Centro de Cultura Negra (CCN), em São Luiz/MA.

Além do Centro de Defesa do Negro (Cendenpa), em Belém/PA, o Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN), no Rio de Janeiro/RJ, o Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), em Brasília, líderes dos encontros de negros do Norte e Nordeste, bispos e padres católicos, mães e pais-de-santo, todos unidos na corrente negra da reafirmação da marcante presença de africanos e afro-brasileiros na formação da nacionalidade.

Participavam, também, ativamente os artistas Milton Gonçalves, Gilberto Gil, Zezé Mota, Paulinho da Viola, Martinho da Vila e outros.

O Grupo União e Consciência Negra (Grucon), formado por militantes negros católicos, nasceu nos anos 1970 e atuou fortemente. Trata-se da entidade que precedeu a Pastoral Afro-Brasileira.

É daquele tempo o Memorial Zumbi, que ainda não se mostrou estruturado em pedra-e-cal, mas que existe nos corações e nas mentes dos brasileiros comprometidos com o respeito à diversidade e aos direitos humanos.

Homenagem a Zumbi

Na primeira diretoria do Memorial Zumbi, este signatário, juntamente com Olympio Serra e Joel Rufino, vivenciou uma experiência ímpar. Conseguimos estabelecer uma ponte entre governos e movimento negro para a concretização do ideal de se construir, com perenidade, a homena-



Placa comemorativa do tombamento da Serra da Barriga

gem brasileira a Zumbi dos Palmares. Difícil tarefa! Pois, de um lado, havia aliados; do outro, encontravam-se adversários. Dentre esses, os mesmos detentores dos poderes político e financeiro, na voracidade de manterem o latifúndio e no desejo de praticar o racismo introjetado em suas consciências escravocratas. Os canaviais da Serra da Barriga pareciam intocáveis.

É importante registrar que vivíamos os tempos de ditadura militar, com todos os seus métodos repressivos em atividade. Porém, a militância nos movimentos populares organizava-se e encontrava brechas por onde construir espaços de resistência. Portanto, além do específico de enfrentar o racismo, o movimento negro juntava-se aos que repeliam a opressão militar.

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura (MinC), cujo primeiro titular da pasta, embaixador José Aparecido de Oliveira, instituiu a Assessoria de Cultura Afro-Brasileira. Nascia, no âmbito

do Governo Federal, um mecanismo destinado a trabalhar os assuntos pertinentes à cultura afro-brasileira, a partir da reinterpretação histórica e da reivindicação das entidades do movimento negro. Ao tempo de secretário da Cultura, em Minas Gerais, José Aparecido criara idêntico espaço e, em São Paulo, o governador Franco Montoro instituíra o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra de São Paulo.

A Assessoria atuava em sintonia com as agremiações negras, com as universidades, com os governos estaduais. Procurava ser o agente catalisador das aspirações culturais e sociopolíticas afro-brasileiras. No Itamaraty, buscava o intercâmbio com os países africanos ao sul do Saara, cujos embaixadores faziam-se presentes à Serra da Barriga e em debates, conferências, exposições de artes plásticas, sessões musicais e teatrais, além de muitas outras iniciativas culturais. Fazia coro aos que condenaram o

apartheid na África do Sul e exigiam a libertação da Namíbia. O bispo Desmond Tutu, da África do Sul, visitou Brasília, Salvador e Recife. Sam Mujoma, à época exilado na França, hoje presidente da Namíbia, também esteve em Brasília.

Diversas atividades eram desenvolvidas, todas relevantes, mas convém citar o investimento no estudo e no apoio às comunidades quilombolas, levadas a efeito por Glória Moura, em pesquisas realizadas no Maranhão, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. O trabalho gerou três vídeos da série *Nascentes Negras da Música Brasileira*: Batuque no Quilombo/MA, Matição – comunidade iluminada/MG e Maçambique - a saga da rainha Ginga/RS. Nos vídeos, combinou-se a musicalidade dos quilombos com a originalidade criadora de Paulo Moura.

Celebrava-se a Missa dos Quilombos na Serra, com dom José Maria Pires (dom

Inicia-se o resgate de Zumbi dos Palmares. Entre 1979 e 1989, em todo dia 20 de novembro, realiza-se uma peregrinação à Serra da Barriga, em Alagoas, local sagrado, onde, por 100 anos, os quilombolas, cujo líder mais destacado foi Zumbi, enfrentaram tropas do Império e capitães-do-mato.

Zumbi), presente Olympio San'Anna, pastor evangélico e líder anti-racista. Repetia-se a celebração em Recife, já então dom José Maria e dom Hélder Câmara. Missa musicada, cantada e declamada pela sensibilidade dos acordes e da poesia de Milton Nascimento, Paulo Botas e Pedro Terra, além dos costumes rituais da Igreja.

Pretende-se com reminiscências, iluminar estradas percorridas. Assim, vale assinalar o inédito: o tombamento da Casa Branca, o mais antigo espaço religioso do Candomblé, em Salvador. Até então, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) desconsiderava, para os efeitos de tombamento, as casas de culto de matriz africana. Credita-se, em grande parte, o acontecido à lucidez e firmeza de Marcos Villaça.

Valorizando a cultura afro

A Assessoria de Cultura Afro-Brasileira encontra no nascente Ministério da Cultura uma comissão encarregada dos festejos e comemorações do centenário da Abolição da Escravatura, que tinha a presidi-la um descendente de d. Pedro I e a compô-la pessoas desligadas da realidade do povo negro. Interpretando o pensamento das entidades, a Assessoria propôs e foi aceita pelo então ministro da Cultura, professor Aluisio Pimenta,

uma outra, em substituição à existente, constituída por personalidades e entidades realmente representativas das manifestações culturais afro-brasileiras.

Publicou-se portaria no Diário Oficial da União (1986) com as atribuições da nova comissão, muitas delas contemplando sugestões do movimento. Nem todos concordaram com a iniciativa, mediante a justificada argumentação de que nada havia a comemorar. Porém, a idéia da Assessoria era de que os 100 anos da Abolição da Escravatura constituíam um momento ímpar no sentido de se resgatar e de exaltar os valores culturais africanos-brasileiros.

Proposta aceita, o Programa Nacional do Centenário da Abolição da Escravatura (Procem) formou-se a partir da colaboração de negros, negras, brancos e brancas dos mais recônditos sítios do Brasil, a começar pelos integrantes da mencionada comissão, na qual figuravam representantes dos diversos Estados.

Em suas considerações e propostas, o Procem asseverava: "O Centenário da Abolição dará à sociedade brasileira uma oportunidade preciosa: a de avaliar nossos quase 500 anos de História. O escravagismo, a abolição e o longo processo de subalternização do negro que se lhe seguem não são, com efeito, episódios acessórios da formação brasileira, mas

Dos quatro cantos do Brasil, o movimento negro e aliados conscientizavam a sociedade e escreviam uma das mais nobres páginas da História brasileira até então desconhecida: a saga da República dos Palmares. O objetivo é o de contribuir para um país mais democrático e igual.

o seu próprio desdobramento. Como no Centenário da Independência ou, mais recentemente, no Cinquênário da Semana de Arte Moderna, o que será colocado em discussão são os caminhos da civilização brasileira".

Já então, cada vez mais, crescia a pressão reivindicatória para se criar um órgão permanente no Ministério da Cultura. Aliás, o documento do Procem indicava: "É possível que, no futuro imediato, tanto mais se vingaram suas propostas de celebração do centenário, o movimento negro passou a registrar um outro avanço: envolver definitivamente a questão negra na problemática nacional. Na verdade, é só aí que ela ganha importância, tornando-se conseqüente, o que não aconteceria se permanecesse apenas a pauta de minoria técnica – ou racial, mais limitativa ainda".

Cunhou-se uma medalha dos Cem Anos da Abolição: A medalha comemorativa



Protesto anti-apartheid na Embaixada da África do Sul (1988), com Carlos Moura à frente

dos Cem Anos da Lei Áurea é uma homenagem aos brasileiros de todas as origens, mas, em especial, àqueles que lutaram contra o escravismo. Também é um reconhecimento institucional da contribuição dos africanos e seus descendentes à formação da sociedade nacional.

Abolição que aconteceu após muitas lutas e reivindicações de escravos e abolicionistas: Odisséia de Zumbi a José do Patrocínio. Não se pode falar nos 100 Anos da Lei Áurea sem destacar o caráter multirracial e interétnico do povo brasileiro, em que a vertente mais forte é a do componente negro.

Portanto, os 100 anos de Abolição não representam simplesmente um evento comemorativo, revestem-se de um dos mais valiosos e significativos momentos da

História brasileira, quando se procura levar aos segmentos nacionais uma mensagem de reflexão ativa, onde se colocam a temática cultural e as relações sociais, essas a partir das seqüelas deixadas pela escravidão, fonte originária do preconceito.

Em nome da liberdade

Em 1988, nos 100 anos da Lei Áurea, o presidente da República considerou a Serra da Barriga Patrimônio Nacional e a desapropriou, para, no local, onde existiu o Quilombo dos Palmares, consagrar uma das mais nobres etapas de libertação do povo brasileiro.

Preparava-se a Constituinte! Nos dias 26 e 27 de agosto de 1987, militantes do movimento negro reuniram-se em Brasília no encontro "O Negro e a Constituinte". As conclusões

foram encaminhadas a diversos parlamentares e ao presidente da República, no dia 3 de setembro. Este signatário, ao lado de Maria Luiza Junior, Lauro Lima Filho e outros, abordou a proximidade do centenário da Lei Áurea e sugeriu a criação de um órgão cultural, no Ministério da Cultura, com o objetivo de tratar da valorização cultural afro-brasileira. O presidente José Sarney concordou e assumiu o compromisso de providenciar as articulações administrativas indispensáveis à realização do pretendido.

1988!!! Cem anos da Abolição da Escravatura e a Constituinte!

O Procem havia se constituído em uma unidade gestora dentro da estrutura do MinC, com orçamento, cargos e seu coordenador detinha

a prerrogativa de ordenar despesas. Ganhava-se autonomia, e, pela primeira vez, um mecanismo voltado para os assuntos culturais afro-brasileiros possuía um espaço administrativo e financeiro no seio da burocracia brasileira. No primeiro trimestre do ano (1988), o ministro Celso Furtado solicitou a este signatário a elaboração da minuta de estatuto de uma entidade a ser criada com a chancela jurídica de fundação.

Nem tudo são flores

Deve-se revelar que para a consecução de tal mister buscou-se a colaboração de Orlando Carielo, mestre do Direito Administrativo e, sobretudo, homem voltado para o futuro e de intenso sentimento de igualdade. Com Carielo, elaboramos a primeira ementa do projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Porém, nem tudo são flores e há espinhos. A área jurídica da

Casa Civil opôs resistência e somente não mutilou totalmente a proposta em razão da firmeza de Celso Furtado em assegurar a proposta e do apoio dos movimentos.

Mas, quanto aos movimentos, não houve unanimidade, muito menos quanto aos partidos políticos e a determinados intelectuais, não-negros, estudiosos da questão social. Atitudes que sugerem ter nascido de convicções calcadas em ideologias que entendem ser o racismo no Brasil fruto da pobreza negra. Para tais intérpretes, a discriminação, o preconceito e o racismo desaparecerão mediante uma justa distribuição das riquezas e das rendas. Ou seja, a questão é social e não racial.

Na Câmara dos Deputados, Benedita da Silva, Paulo Paim, Edmilson Valentim, Carlos Alberto de Oliveira Caó, Abdias do Nascimento tentavam convencer os seus pares, enquanto as pressões de fora cresciam

a cada dia. Foram momentos de rara oportunidade para se conhecer revelações racistas de personalidades até então tidas como aliadas e também de agremiações partidárias, principalmente as que se colocavam em posições avançadas e progressistas.

A aprovação deu-se dentro dos trâmites da técnica legislativa. Porém, graças à competência e brasilidade de Ulysses Guimarães, a relatoria coube ao deputado Caó. No Senado, foi tranqüilo e o voto favorável do relator Severo Gomes resultou aprovado por unanimidade.

Sancionada a lei de criação da Fundação Cultural Palmares, novas dificuldades para o decreto dos estatutos, já então partidas de setores do Ministério da Administração. Era o racismo introjetado e a incapacidade de sentir que o Brasil da discriminação estava caminhando noutra direção: a da valorização da cidadania e dos direitos hu-



Em agosto de 1987, militantes do movimento negro reuniram-se em Brasília no encontro “O Negro e a Constituinte”. As conclusões foram encaminhadas aos parlamentares e ao presidente da República. Sugerimos a criação de um órgão cultural, com o objetivo de tratar da valorização cultural afro-brasileira.

manos. Os novos tempos não eram entendidos por muitos, uns detentores de grandes poderes, outros meros auxiliares bajuladores.

Manobras de bastidores

Nomeou-se a diretoria: este signatário, Adão Ventura e Arlecio Gazal. O último só tomou posse em maio de 1990. A primeira diretoria somente foi constituída em fevereiro de 1989, portanto seis meses após a criação do órgão. Debita-se tamanha demora às disputas, às vaidades e, especialmente, às manobras de bastidores destinadas a impedir a concretização dos objetivos propostos. Reagia-se à FCP: eram alegações burocráticas inconsistentes, aliadas ao velado racismo.

A entidade não possuía quadro de pessoal e o decreto determinava que, além dos cargos de confiança, o preenchimento das vagas seria feito mediante solicita-

ção do servidor interessado. Publicada a Portaria FCP, convocando nos termos legais os servidores, eis que os “capitães-do-mato” do Ministério da Administração barraram a iniciativa. Entendiam que a investidura só poderia ser mediante concurso público, posto que assim determinava a Constituição Federal, então aprovada. Buscava-se uma filigrana administrativa para impedir o funcionamento da instituição afro-brasileira. Tal foi a irredutibilidade dos burocratas que a Fundação Cultural Palmares passou a funcionar com os integrantes do Procem, uma diminuta, porém competente equipe integrada por José Quintas e Luis Leite.

Organizava-se a instituição, dotando-a de condições indispensáveis ao seu bom funcionamento, desde o mobiliário, passando por uma programação de atividades e até mesmo a logomarca.

A logomarca, criada pelo artista e professor da Universidade de Brasília, Fernando Madeira, foi a primeira marca da identidade da Fundação Cultural Palmares.

A diretoria não perdeu o entusiasmo e realizou inclusive eventos internacionais, tais como a apresentação do Balé do Senegal. Dos eventos nacionais, destacam-se o concerto no Teatro Nacional de Brasília, com a Sinfonia local regida por Paulo Moura.

Além das ações pertinentes

à administração da FCP, tornava-se necessário acompanhar os trabalhos da Constituição. Foi assim que algumas reivindicações foram aprovadas no texto, tais como: o inciso XLII do artigo 5º; os artigos 215 e 216 e o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

A Carta Magna criminaliza a prática do racismo; garante o exercício dos direitos culturais e consagra a expressão afro-brasileira; tomba todos os documentos e sítios detentores de histórias quilombolas; determina que o Estado reconhecerá a propriedade definitiva aos ocupantes de terras dos quilombos. A emenda referente às terras quilombolas foi de autoria de Benedita da Silva e a lei que regulamenta o inciso XLII do art. 5º da Constituição, do deputado Carlos Alberto Caó. Registre-se o trabalho em equipe juntamente com Edmilson Valentim, Paulo Paim, Abdias do Nascimento e Benedita da Silva.

Marca democrática

A Fundação Palmares tem a marca da redemocratização e da cidadania. Criada em 22 de agosto de 1988 (lei nº 7.668), possui como um dos seus fundamentos “fomentar e fortalecer os valores políticos, culturais, sociais e econômicos da população negra e integrá-la, de maneira eficaz, no processo de desenvolvimento do Brasil, superando todas as discriminações”.

Em março de 1990, a nova administração propõe a extinção sumária da Fundação Cultural Palmares. Foi preciso encetar uma campanha na Câmara dos Deputados para evitar o pior. Corria-se o risco de se perder uma instituição legitimada por segmentos discriminados. Uma instituição destinada, entre outros pressupostos, a resgatar e consolidar o patrimônio histórico afro-brasileiro; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades negras no Brasil; impulsionar e apoiar lideranças comunitárias negras; fomentar o desenvolvimento humano das comunidades remanes-

centes dos quilombos.

O então deputado Caó, após intensas articulações e negociações com seus pares, e a pressão exercida pelos movimentos negros conseguiram retirar do projeto de conversão da medida provisória a extinção da FCP. Em maio de 1990, o subscritor dos presentes relatos solicitou demissão do cargo, após uma gestão de nove meses.

É grande a alegria ao constatar que a Fundação Cultural Palmares comemora seus 20 anos de existência no cumprimento da missão para a qual foi criada, destacando-se a participa-

ção ativa na formulação e consolidação das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento integral da população negra, promovendo e acompanhando sua implementação diretamente ou em parceria com outras instituições.

Finalmente, uma homenagem e o reconhecimento a quatro grandes figuras, cujo incentivo e apoio foram indispensáveis à criação da instituição: Celso Furtado, José Aparecido de Oliveira, Justo Carvalho e Silva e Wagner Nascimento.✕

Carlos Moura é ex-presidente da Fundação Cultural Palmares.

Foto: Arquivo FCP



A valorização da cultura quilombola é uma das muitas ações da Palmares em seus 20 anos de trabalho

Reportagens

Foto: Adenor Gondim



Palmares, 20 anos

Marcada pela presença de importantes figuras nacionais e internacionais e pela confirmação de Juca Ferreira como novo ministro da Cultura, a comemoração do 20º aniversário da Fundação Cultural Palmares começou com a inauguração da nova sede.

Foto: Marcus Bennett



A festa de inauguração começou pela manhã, com uma degustação de comidas típicas afro-brasileiras, seguida por solenidade no auditório, lotado por mais de 200 pessoas. Compuseram a mesa cerimonial, além do presidente da Fundação, Zulu Araújo, o novo ministro da Cultura, Juca Ferreira, a embaixadora do Marrocos, Farida Jaidi, o embaixador de Cabo Verde, Daniel Antônio Pereira, o ministro interino da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade

Racial (Seppir), Elói Ferreira, a deputada distrital Erika Kokay e a ialorixá Mãe Railda Rocha Pitta.

No auditório estavam figuras como o primeiro presidente da Fundação Cultural Palmares, Carlos Moura, o presidente do bloco afro Olodum, João Jorge, o secretário da Identidade e Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti, os embaixadores de Benin, Moçambique, Senegal, Angola e Namíbia, representantes do Zimbábue, da Costa do Marfim e muitos outros parceiros da Fundação.

O primeiro presidente da instituição, Carlos Moura, disse, emocionado, da entidade que ele ajudou a construir e presidiu por duas vezes: “É um momento de grande satisfação e um justo orgulho em ver o crescimento da Palmares. É a porta de entrada da consolidação da Palmares diante dos objetivos que são propostos por ela. É crescente a sua afirmação no cenário político brasileiro”.

Mãe Moema do Omolu, do Terreiro Ilê Axé Aponjá Ibô, veio de Luziânia prestigiar o



Personalidades como o ex-presidente da Palmares, Carlos Moura (centro), prestigiaram a inauguração da nova sede

aniversário e fez questão de registrar sua satisfação com a luta da Fundação Cultural Palmares pelo reconhecimento das religiões de matriz africana. “A Fundação Palmares é fundamental para a luta das religiões de matriz africana, ela procura mostrar o lado cultural, não só da religião. O apoio financeiro para projetos sociais dos terreiros tem sido de extrema importância”.

Zulu Araújo abriu a comemoração falando sobre a importância da Fundação Cultural Palmares para a divulgação, promoção e preservação da cultura afro-brasileira. O presidente defendeu o processo de certificação das comunidades quilombolas, que tem sido criticado pela mídia. “Hoje, nós temos mais de 1.200 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas e certificadas, apesar de parte da sociedade brasileira tratar essa ação de uma maneira incorreta”, afirmou. Ele

ressaltou que a situação das comunidades quilombolas é uma consequência do processo dos quatrocentos anos de escravidão na sociedade brasileira.

A liderança da Fundação Cultural Palmares na implantação do sistema de cotas nas universidades também foi lembrada por Zulu. “Os 200 mil jovens que ingressaram nas universidades pelas cotas não vão contribuir apenas com a comunidade negra, mas vão contribuir para o desenvolvimento do nosso país”, afirmou.

Diálogo cultural

Zulu destacou ainda as ações da Palmares no campo internacional, por meio do diálogo cultural com as comunidades negras da África e da América Latina. “A Fundação Palmares compreende que a cultura pode ser um belíssimo instrumento para esse diálogo”, disse ele, lembrando do próximo Festival Mundial de Arte

Negra, que acontecerá em 2009, no Senegal.

O presidente agradeceu ainda o apoio do ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, que havia garantido tirar a Fundação Cultural Palmares do “porão” (referindo-se ao local da antiga sede) “Ao celebrar esses vinte anos, ocupar este novo espaço é o reconhecimento do atual governo com as nossas reivindicações. Não é no discurso que está a valorização da cultura negra, temos que ter condições de trabalho. Por isso, nosso reconhecimento ao ex-ministro Gilberto Gil, que desde a primeira hora nos garantiu que iria fazer a mudança”, disse Zulu.

Zulu fez questão de ressaltar a importância de todos os que lutaram pela conquista da nova sede. “É o testemunho da luta de todos, é mérito da comunidade negra, do trabalho de todos os ex-presidentes. É uma conquista de todos que contribuíram para que essa realidade seja plena e possa ser consolidada e ampliada. Essa conquista não é desta gestão, é de todos os que passaram pela Fundação Palmares”, afirmou.

Zulu também disse que a igualdade racial no Brasil não pode ser considerada coisa de negro, mas deve ser uma conquista da sociedade brasileira.

Após a fala do presidente da Fundação, a ialorixá Mãe Railda liderou uma reza aos

orixás e pediu a bênção de Xangô para a nova sede da instituição. A deputada Érika Kokay falou que o Brasil vive uma crise de identidade cultural ao negar sua negritude: “A cultura que a Fundação Palmares exala é a construção de identidade, com toda a diversidade e com a toda a inclusão que faz de nós esse povo brasileiro, mestiço e diverso”.

A embaixadora do Marrocos, Farida Jaidi, agradeceu a Zulu por ter falado das raízes do Marrocos, enfatizando que 50% dos marroquinos são negros. O embaixador de Cabo Verde, Daniel Pereira, disse da importância de se celebrar o passado e de olhar para trás para se avaliar o percurso. O ministro interino da Seppir, Elói Ferreira, falou que a Fundação Cultural Palmares é uma referência para todas as pessoas que trabalham pela igualdade racial.

Juca Ferreira, já anunciado ministro da Cultura, afirmou que haverá um compromisso de reforço maior à Fundação Cultural Palmares, podendo, inclusive, aumentar o orçamento. “Quem sabe se a gente, antes de sair do governo, já não deixa a Fundação Cultural Palmares na sede própria”, disse Juca.

Para o novo ministro da Cultura, a Fundação Cultural Palmares tem a responsabilidade política focada na contribuição que os africanos nos deram. “Ora isso é que-

“Mesmo antes da abertura política, o movimento negro já se mobilizara para reivindicar a promoção de políticas fundamentais para o povo brasileiro ter conhecimento das suas raízes africanas.”

Maria Luíza Júnior



Foto: Marcus Bennett

brar preconceitos, é sublinhar o que já foi assimilado de igualdade racial, ora é abrir pontes para novos projetos. Por isso, tem a ver com todas as dimensões do Ministério da Cultura. A Palmares está indo bem e precisa ser fortalecida”, afirmou.

Linha do tempo

Maria Luíza Júnior, militante do movimento negro em Brasília e membro da comissão que elaborou o projeto de criação da Palmares, recorda de como tudo começou. Ela conta que, em 1976, um grupo de ativistas negros começou a se reunir para discutir reivindicações para a população negra. Naquela época, juntamente com um grupo de Alagoas, foi elaborado um projeto para a criação do parque temático na Serra da Barriga.

Lançada a semente do tombamento da Serra da Barriga, o projeto teve o apoio do presidente do Iphan, Olímpio Serra, que o encaminhou para parecer e também de intelectuais, como Abdias do

Nascimento, recém-chegado do exílio, Joel Rufino dos Santos e também de Clóvis Moura, Lélia Gonzalez e tantos outros.

Maria Luíza destaca que a Fundação Palmares surgiu para o governo implementar políticas públicas. O ativismo do movimento negro de Brasília resultou no Centro de Estudos Afro-Brasileiros, o CEAB, que teve como primeiro presidente Carlos Moura. “Como estava localizado em Brasília, era mais fácil para a militância daqui fazer pressão com as autoridades. Foi assim que o movimento negro conseguiu, em 1978, que o governo retirasse das inscrições para concurso público a exigência da fotografia 3X4. A constatação era de que a partir da foto, já se discriminavam os candidatos negros”, relembra.

De acordo com Maria Luíza, a Fundação Palmares veio para criar esse elo entre os movimentos e o governo, promovendo o debate. “Mesmo antes da abertura política, o movimento negro

já se mobilizara para reivindicar a promoção de políticas fundamentais para o povo brasileiro ter conhecimento das suas raízes africanas.”

Ainda traçando uma linha do tempo, Maria Luiza registra que na Constituinte, o Movimento Negro de Brasília teve papel importante. Convocou todo o movimento e realizou em três dias a Convenção do Negro pela Constituinte, em 1986. “Aprovamos um rol de reivindicações para os deputados eleitos para a Constituinte: racismo é crime inafiançável; o negro participa na formação histórica do Brasil; a inclusão do negro nos livros didáticos e nos currículos escolares; o reconhecimento e a titulação dos territórios quilombolas; todas as polícias do Brasil deveriam ter curso, ser treinadas e respeitar os direitos humanos; a garantia dos direitos humanos; os direitos iguais para mulheres; a valorização da cultura negra”, testemunha ela.

Sonho compartilhado

Assim como Maria Luiza, Paulo Roberto dos Santos foi integrante da comissão que elaborou o projeto de criação da Fundação Palmares. Hoje assessor da Superintendência de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Rio de Janeiro, ele confessa seu sentimento diante dos vinte anos passados de muita luta: “É uma satisfação absoluta, não

consigo traduzir em palavras o que sinto. Esta é a concretização de um sonho. Um sonho compartilhado com muitos”.

Nelson Inocêncio, artista plástico, professor universitário e membro do Conselho Curador da Fundação, resalta que essa foi a primeira instituição federal criada com uma abordagem bem específica, voltada para a questão racial. “Hoje, ela está mais próxima da comunidade negra do que no passado. Este momento é significativo porque há uma convergência do movimento negro com o governo. As ações afirmativas dos últimos tempos revelam isso. As razões para este momento especial existir são resultado do diálogo entre gestores e ativistas”, disse.

Segundo ele, hoje, a Palmares está conseguindo cumprir boa parte de seu projeto, embora os recursos sejam poucos. “Por isso, é importante lutar por mais recursos para que a Palmares avance e possa tocar seus projetos apoiando políticas públicas voltadas para a população negra”.

Quem também se manifestou foi João Jorge, presidente do Bloco Afro-cultural Olodum. Para ele, “a Palmares tem criado políticas públicas que aceleram o desenvolvimento da cultura brasileira e do poder simbólico. Essa mudança para um novo espaço mostra o reconhecimento da presen-

ça afro-brasileira em nosso continente. A presença hoje dos embaixadores dos países africanos também é de fundamental importância, pois mostra que a Palmares está atualizada com as questões culturais no mundo”.

Patrícia Zappone, advogada e coordenadora do Ponto de Cultura da Casa Afro-Cultural e Assistencial São Jorge, na Cidade Ocidental, que conta com o apoio financeiro da Fundação Cultural Palmares, releva o papel do órgão como primordial para as instituições se organizarem e mostrarem aos membros da comunidade a importância de se reconhecerem afrodescendentes.

“Infelizmente, muitos não têm consciência de sua africanidade. A intolerância ainda é grande e é preciso quebrar esse processo. E a Palmares dá o suporte tanto financeiro quanto operacional. Se não fosse a Palmares, não teríamos como romper a barreira da intolerância”, afirma ela.

A ex-presidente da Funda-



Margareth Menezes fez show na festa dos 20 anos da Palmares

Foto: Marcus Bennett

ção Cultural Palmares, Dulce Maria Pereira, também mandou o seu recado: “À direção, conselho e todos os funcionários da Fundação Cultural Palmares desejo sucesso, alegria e grandes realizações pela inclusão e valorização do povo negro brasileiro. Parabéns à Fundação Cultural Palmares e votos de longa vida a todos que se dedicam à sua consolidação e expansão. Ao presidente, Zulu Araújo, que conduz a instituição rumo à maturidade, envio votos de constante lucidez e paz, congratulando-o pela eficiência e amplitude de visão. Viva a Palmares, viva a história negra brasileira, viva a Fundação!”

Troféu Palmares

Com o poema “Tem gente com fome”, de Solano Trindade, a atriz Zezé Motta abriu o evento da noite na comemoração dos 20 anos da Fundação Cultural Palmares. A homenagem aos 100 anos do poeta negro antecedeu a entrega do Troféu Palmares 20 Anos aos que contribuíram com a Fundação e com a cultura afro-brasileira e o *show* da cantora baiana Margareth Menezes. A sala Villa Lobos do Teatro Nacional ficou lotada para assistir à cerimônia que encerrou o dia de aniversário da Fundação.

O presidente Zulu Araújo afirmou que a Fundação é um patrimônio do Brasil, que dialoga não só com a sociedade brasileira, mas com



Os ganhadores do troféu Palmares: a atriz Zezé Motta, a ialorixá Mãe Stella de Oxóssi e o ministro Juca Ferreira

a África e com a diáspora. “A Fundação Palmares hoje dialoga, propõe e realiza o compromisso da igualdade, da fraternidade e da liberdade”, afirmou.

Em seguida, foram entregues três troféus a pessoas que contribuíram com a trajetória da Fundação ou que ajudaram na questão da igualdade racial.

Receberam o prêmio a atriz Zezé Motta, a ialorixá Mãe Stella de Oxóssi e o ministro Juca Ferreira. Com a forma do machado de Xangô, que simboliza a justiça e é a logomarca da Fundação Cultural Palmares, os troféus foram entregues pela primeira desembargadora negra do Tribunal Regional Federal, Neuza Maria Alves, pelo secretário da Identidade e Diversidade Cultural, Sérgio Mamberti, e pelo presidente Zulu Araújo.

Emocionado com a surpresa de receber o prêmio, o

ministro Juca Ferreira recordou sua luta pela democracia no período da ditadura, luta que envolvia também a democracia racial. “A luta contra o racismo não é só dos que sofrem o racismo, mas de todo homem e de toda mulher de bem”, afirmou.

Ao final das homenagens, a cantora Margareth Menezes levantou o público das cadeiras, tocando seus sucessos de afoxé, axé e samba-reggae. Influenciada por sua origem afro, a cantora baiana encerrou a festa de aniversário da Fundação Palmares no Teatro Nacional, com canções cheias da identidade afro-brasileira.

Segundo declarou Margareth “é importante ressaltar que o trabalho da Palmares cresceu com o esforço das pessoas em querer manter e se empenhar na questão de promover o afro-brasileiro. Todos os movimentos de

que participei junto com a Palmares, apesar de obterem pouca visibilidade na mídia, foram importantes para o resgate da memória e da valorização da cultura africana e afro-brasileira. É sempre bom ver o trabalho da Fundação crescendo”.

A cantora observou também que hoje há mais abertura para se falar e discutir o assunto da diversidade racial. “Os meios de comunicação dão mais destaque a essas mudanças, isso é uma conquista da comunidade negra. O problema é que o Brasil é um país novo, as mudanças demoram a acontecer, mas a vantagem é a velocidade da comunicação que temos hoje, que nos beneficia com maior rapidez para ocorrerem essas mudanças”.

Margareth Menezes lembrou, ainda, da condição mais importante para que todas essas mudanças se

concretizem e se fortaleçam: “É preciso que a sociedade se conscientize para que as pessoas possam conquistar seu lugar. Educação, saúde e trabalho devem ser para todos. É preciso uma visão mais ampla, os direitos dos cidadãos e os deveres do Estado devem ser iguais para todos. Todos devem receber os mesmos benefícios, sem privilégio”.

A atriz Zezé Motta agradeceu o troféu e lembrou: “Apesar de já percebermos mudanças notórias devido ao trabalho da Palmares, pois estamos colhendo os louros das mudanças ao sair dos porões (referindo-se à nova sede), ainda temos muita luta pela frente”.

Zezé exemplifica algumas dessas mudanças na área artística. “Há, hoje, uma preocupação de autores e diretores em colocar artistas negros em programas e novelas de televisão. Antes

não existia isso. Eu sou de um tempo em que só havia um casal de negros em cada novela. Tínhamos que importar maquiagem, porque não tinha base ou pó-de-arroz para negros. Não se fabricavam esses produtos porque não havia mercado consumidor entre os afros. As revistas não davam capas para negros. Capa vende, mas, antes, os negros eram considerados feios. Isso mudou muito, hoje encontramos artistas negros quase todas as semanas em capas de revistas”.

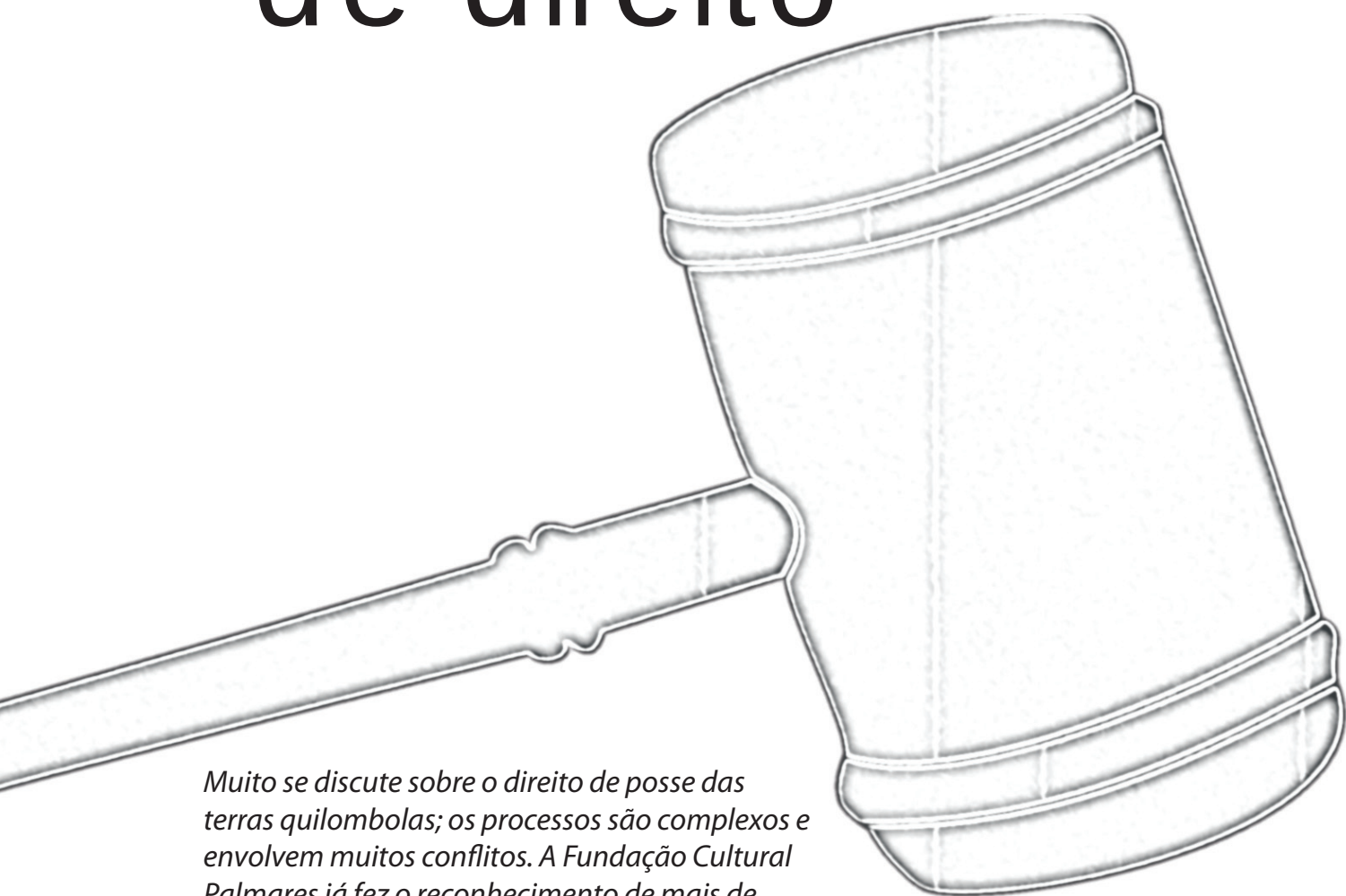
Sobre o trabalho da Palmares, comenta: “A Palmares tem trabalhado muito para essas mudanças, mas ainda temos muita luta. Mesmo assim, estou bastante otimista pois esse governo é interessado na questão racial, na questão quilombola, tendo criado, inclusive, um ministério para isso, que é a Seppir. Agora não tem mais volta, nossa luta não pára mais”.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES



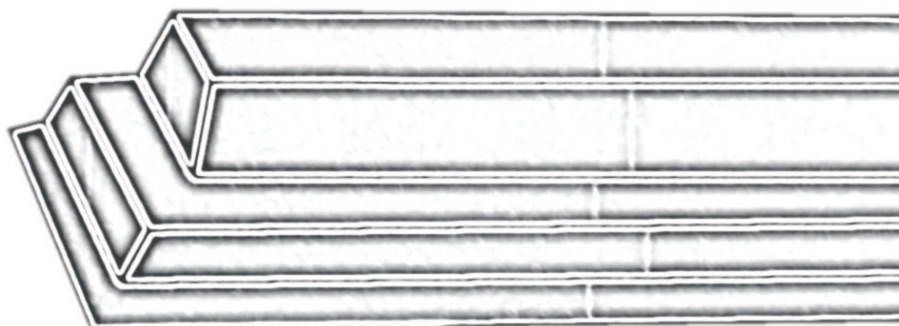
20 ANOS

Terra a quem de direito



Muito se discute sobre o direito de posse das terras quilombolas; os processos são complexos e envolvem muitos conflitos. A Fundação Cultural Palmares já fez o reconhecimento de mais de 1.250 comunidades, o que garante aos remanescentes de escravos acesso a bens e serviços, como qualquer outro cidadão.

Marcus Bennett



A Fundação Cultural Palmares tem como objetivos principais a preservação, a valorização e o desenvolvimento da cultura afro-brasileira. É, assim, a responsável, dentro do sistema governamental, pela certificação das comunidades remanescentes de quilombos que existem atualmente no país.

Para que uma comunidade seja reconhecida como remanescente de quilombo é necessário observar alguns critérios. Assim, devem ser reconhecidos como grupos étnicos raciais que possuam trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de

resistência à opressão histórica sofrida e que se auto-reconheçam como descendentes de escravos.

Dessa forma, não é a Fundação Palmares ou algum órgão do governo que atribui a uma comunidade o *status* de quilombola. Cada grupo deve se auto-reconhecer como oriundo de famílias de escravos. À Fundação cabe o papel de oficializar a existência de tais comunidades e de desenvolver projetos para que elas possam exercer seus direitos de cidadania, além de serem inseridas em programas e políticas públicas governamentais a fim de terem reparado o direito de igualdade e liberdade por

todas as atrocidades sofridas na época da escravidão e que, ainda hoje, sofrem com o racismo velado existente no Brasil.

Patrimônio cultural

Os remanescentes de quilombos são hoje comunidades negras que guardam um patrimônio cultural e histórico específico de origem afro-brasileira. Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos.

Neles se incluem as fugas, com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também heranças, doações, recebimento de

Foto: Regina Santos



Comunidade de quilombolas faz da agricultura o seu modo de sobrevivência



A definição de remanescentes de quilombo enfatiza identidade e território

terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.

Assim, em consonância com o moderno conceito antropológico, a condição de remanescente de quilombo é também definida de forma dilatada e enfatiza os elementos identidade e território, tendo como indicação: "a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico".

Os quilombos originais eram áreas despovoadas, afastadas e sem valor imobiliário, onde grupos, incluindo ne-

gros, indígenas e brancos pobres, se organizavam, garantiam a sua sobrevivência e resistiam ao regime escravocrata brasileiro. Embrenhados na mata e em locais de difícil acesso, esses grupos formavam comunidades que trabalhavam para garantir sua subsistência.

Além disso, as mudanças de localidade dos quilombos eram constantes, visto que eram grandes os investimentos do Estado e dos senhores de engenho na caçada aos escravos. Uma

vez descobertos os quilombos, a sua repressão era marcada pela violência por parte dos senhores de terras e de escravos, com o duplo fim de se reapossarem dos "elementos fugitivos" e de punir exemplarmente alguns, visando atemorizar os demais cativos.

Os quilombos conseguiram sobreviver dedicando-se à agricultura familiar, ao artesanato e ainda à prestação de serviços. Sua organização, no passado, era socialista. As decisões eram tomadas de maneira coletiva, incluindo todos os membros da comunidade, com uma espécie de conselho que reunia as opiniões e deliberava. Havia também um grupo responsável pela segurança do quilombo, que se preparava para garantir a integridade do grupo. Além disso, havia equidade entre os gêneros.

Há traços da cultura afro em todas as manifestações culturais brasileiras e tal permanência está intimamente relacionada à reafirmação de



O artesanato é uma fonte de renda segura

Turismo e renda

Nem só de dificuldades vivem os quilombolas. Aproveitando sua localização geográfica, algumas comunidades se mobilizam para tornar suas casas pontos turísticos, criando opções de trabalho e uma nova forma de rentabilidade sem sair da própria terra.

Assim acontece no município de Parelhas, Rio Grande do Norte, onde a Secretaria de Turismo realizou um minicurso, este ano, orientando a comunidade Boa Vista dos Negros sobre recepção e atendimento ao turista. Dessa forma, a comunidade, que trabalha com artesanato, culinária e apresentações de danças e músicas, poderá conseguir desenvolver sua cultura e ter ganhos financeiros. A comunidade quilombola Boa Vista dos Negros, formada por 37 famílias – 150 pessoas – já existe há mais de 200 anos e continua mantendo seus costumes e crenças. Para quem vai a Parelhas, a comunidade é visitaçã quase que obrigatória.

Outra comunidade com mais de dois séculos de existência e que também desenvolve a atividade turística é o Quilombo Kalunga. Isolado por quase 300 anos, ainda hoje ali se vê um modo de vida parecido com o do século XVIII. Mas isso não os impediu de progredirem e iniciarem um trabalho de exploração do turismo como forma de valorizar e

preservar a cultura.

Localizada no município de Cavalcante, em Goiás, a comunidade Kalunga é hoje parte de um roteiro turístico-cultural para quem visita a região. Possui dezenas de atrações, principalmente rios e cachoeiras, sem contar o visual esplendoroso.

Por meio de algumas parcerias entre os setores público e privado, a comunidade recebe dividendos e obtém recursos para a construção de escolas, poços e outros benefícios que a vida moderna requer. Assim, somente este ano foram realizadas mais de cinco oficinas e cursos de capacitação dos quilombolas para desenvolvimento turístico e, mais importante, sua inserção como participantes da sociedade. Alguns dos cursos foram: Condutores de Visitantes, ensinando os moradores da comunidade a trabalhar como guias; o curso de Socorrista, que teve como objetivo aprimorar os conhecimentos e técnicas de emergências de primeiros-socorros e resgate em áreas remotas; Observação da Fauna e Flora do Cerrado; e Noções de Matemática e Comunicação e Expressão Oral.

O projeto segue ainda com mais cursos de formação complementar, como Noções de Geologia e Observação de Aves. Com isto, a perspectiva é de aperfeiçoar a prestação de serviços, que corresponderá a maior fluxo de turistas e na elevação do grau de atratividade do local.

Buscar esses meios de desenvolvimento ajuda as comunidades quilombolas não só a se manterem financeiramente, mas também a protegerem os maiores bens que possuem, sua cultura e tradições. Isso evita o êxodo por parte dos jovens quilombolas, já que muitos abandonam suas casas à procura das grandes cidades em busca de trabalho ou, simplesmente, de uma vida melhor, deixando toda essa riqueza cultural e territorial se perder.

Foto: Regina Santos



A comunidade Kalunga procura preservar sua cultura

sua identidade na luta pela resistência. O negro não apenas povoou o Brasil e deu-lhe prosperidade econômica por meio do seu trabalho. Trouxe também as suas culturas, que deram as características fundamentais da atual cultura brasileira.

Diversidade cultural

Essas comunidades guardam consigo uma riqueza, em termos de diversidade cultural, relacionada a culinária, artesanato, construções, festas e comemorações, práticas religiosas e modo de viver que remetem às raízes africanas, com um toque brasileiro. O valor dessa memória é, portanto, incalculável.

A valorização desses grupos só começou a ganhar força nos últimos dez anos. Antes, essas comunidades viviam no esquecimento,

eram deixadas de lado pelos governos, sem qualquer política pública que as beneficiasse, sem escolas, postos de saúde, saneamento básico ou energia elétrica. Poucos foram os investimentos nessas áreas, que, além de distantes e de difícil acesso, eram habitadas por grupos cuja importância histórica ainda não havia sido difundida em ampla escala. Em governos anteriores, pouco se fez para fortalecer as comunidades remanescentes de quilombos.

Contudo, recentemente, foram implementados vários projetos em diversas frentes ministeriais, principalmente após o estabelecimento do decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação,

As comunidades guardam uma riqueza, em termos de diversidade cultural relacionada a culinária, construções, artesanato, comemorações, práticas religiosas e modo de viver que remetem às raízes africanas.

demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos.

O governo federal assumiu o compromisso de conferir o direito de propriedade aos remanescentes das comunidades ao estabelecer, primeiramente, na Constituição Federal de 1988, o artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias, que reconhece aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, a propriedade definitiva da área, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos, e, ainda, os artigos 215 e 216 da mesma Carta, que tratam das questões relativas à preservação dos valores culturais da população negra, incluindo-se aí as áreas de remanescentes de quilombos enquanto território cultural.

Hoje, alguns programas do governo federal atingem as comunidades remanescentes, a saber:

Luz para Todos – criado em novembro de 2003 para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros resi-



A preservação de valores culturais é prioridade para as comunidades quilombolas

dentes no meio rural até o ano de 2008 e, dessa forma, universalizar o acesso à energia a todas as pessoas;

Fome Zero – política pública que visa à erradicação da fome e da exclusão social, garantindo a inclusão social de mais de 11,2 milhões de famílias, segundo dados do PNAD 2001 (IBGE);

Programa Brasil Quilombola – além da regularização fundiária, os projetos dirigem-se a construção de escolas, alfabetização, saúde, habitação, saneamento, emprego, renda e luz elétrica.

Inclusão social

Além desses programas, cada município brasileiro que possui comunidades remanescentes de quilombos recebe um orçamento especial para aplicá-lo nas áreas de saúde e educação, garantindo que esses serviços cheguem até esses grupos.

Ao estabelecer a Fundação Cultural Palmares, o governo federal, em 1988, criou uma instituição responsável por promover políticas públicas voltadas para a população negra, visando à preservação de seus valores culturais, sociais e econômicos e, ainda, a promoção e o apoio de pesquisas e estudos relativos à história e à cultura dos povos negros e a inclusão dos afro-brasileiros no processo de desenvolvimento.

A primeira certidão ex-

pedida pela Fundação Cultural Palmares foi para a comunidade remanescente de quilombo de Morro Alto, localizada na divisa entre os municípios de Osório e Maquiné, no Rio Grande do Sul. Foi certificada no dia 6 de março de 2004 e a certidão publicada no Diário Oficial da União em 4 de junho de 2004.

Não há como se ter um número exato de comunidades quilombolas existentes no Brasil, no entanto, de 2004 para cá, a Fundação Palmares já emitiu mais de 1.290 certidões de reconhecimento para comunidades que comprovaram e se autodeclararam remanescentes de escravos.

Após a certidão de reconhecimento ser emitida pela FCP, o processo para titulação da terra segue ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que fica responsável pelo levantamento territorial e os estudos antropológicos para a correta delimitação e demarcação da área a ser titulada.

Segundo o coordenador geral de regularização de territórios quilombolas do Incra, Rui Leandro, até agora foram emitidos 97 títulos de propriedade, beneficiando 150 comunidades e 9.749 famílias.

O número ainda é baixo, mas a principal dificuldade encontrada pelo Incra para que os processos avancem “é a falta de servidores e

especialistas, principalmente antropólogos, para suprirem o enorme número de relatórios técnicos que devem ser realizados para dar continuidade aos processos de titulação das terras”, relata Rui. No entanto, segundo ele, o governo Lula vem se dedicando ao tema, e a verba destinada para ações de estudo, demarcação e titulação aumentou consideravelmente nos últimos anos: de R\$ 3,5 milhões, dobrou, passando para R\$ 7,2 milhões de reais.

Ainda assim, mesmo com a regulamentação jurídica e o esforço do Incra para regularizar a ocupação das terras, o conflito agrário continua sendo o principal problema enfrentado pelas comunidades quilombolas, como se já não bastassem as sérias dificuldades de sobrevivência e privações pelas quais passam as comunidades tradicionais.

Conflitos pelas terras

A difícil luta pela posse da terra torna hoje as comunidades quilombolas agentes de peso na cena agrária nacional, ao lado de indígenas e sem-terras. Geralmente, suas áreas são disputadas por grandes fazendeiros, madeireiras e mineradoras.

Mesmo com o reconhecimento pela posse da área garantido pela Constituição Federal, os remanescentes das comunidades dos quilombos convivem com em-

presas e fazendeiros que não aceitam ter suas terras reconhecidas como quilombo e prejudicam diversas famílias, seja por meio de longos processos judiciais ou, até mesmo, pela coação e ameaças que resultam na expulsão dos quilombolas das suas terras.

Alguns exemplos podem ser vistos nas comunidades de São Francisco do Paraguaçu, na Bahia, e em Mata Cavalo, em Mato Grosso. Ano passado, fazendeiros da área de São Francisco do Paraguaçu questionaram na Justiça o decreto nº 4.887/2003, alegando sua inconstitucionalidade. Alegaram também que haveria indícios de fraude na emissão da certidão de auto-reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares, sob o pretexto de que naquela área não haveria comunidade remanescente de quilombo.

Primeiramente, a Justiça acatou o pedido dos fazendeiros e suspendeu, liminarmente, o procedimento de titulação da comunidade. No entanto, procuradores da Fundação Palmares conseguiram suspender a decisão liminar, o que fez com que todas as decisões anteriores, como a paralisação do procedimento de titulação, fossem anuladas.

Essa vitória foi de extrema importância por mostrar à sociedade o papel que desempenham órgãos como a Fundação Palmares, o Incra

e o Ministério Público, que atuam na defesa das comunidades quilombolas e têm como missão institucional amparar essas comunidades pela posse da terra.

Apesar de tudo, o momento é de celebração. Mesmo em meio a inúmeras tentativas de desqualificar a emissão de certidões de reconhecimento e propostas de anulação do decreto nº 4.887, o governo Lula, por intermédio do Ministério da Cultura e da Fundação Cultural Palmares, vem desempenhando, desde o primeiro mandato, diversas ações fundamentais para preservar e valorizar a história e cultura afro-brasileira.

Em novembro de 2007, o presidente da Fundação Palmares, Zulu Araújo, publicou

O conflito agrário continua sendo o principal problema das comunidades quilombolas

uma nova portaria regulamentando os mecanismos para reconhecimento e certificação das terras de quilombos. Na mesma direção, o Incra elaborou uma nova Instrução Normativa a fim de melhorar os procedimentos de titulação a essas áreas.

Tudo isso para que se efetivem políticas públicas de preservação de um povo historicamente excluído da sociedade e discriminado, que, sem meios para se defender, pode acabar desaparecendo da História após séculos de contribuição para a formação cultural do país.

Foto: Regina Santos



Mulheres do quilombo Mesquita preparam almoço de confraternização

Histórias bem-vividas

Família Amaro

A história da família Amaro começou com Amaro Pereira das Mercês. Ele trabalhava como escravo nas terras da fazenda Pituba, localizada aos arredores do município de Paracatu (MG), até receber a carta de alforria. Nunca fugiu de suas terras. Ali trabalhou, ali ficou. Formou família e comprou a fazenda no ano de 1855. No entanto, a comunidade foi expulsa do local em 1949 e desde 1984 tenta retomar a posse da área, com o apoio da Palmeiras.

Maria da Abadia Pereira Guimarães, 59 anos, conhecida como dona Mariinha,

presidente da Associação da Comunidade dos Amaro, vive há mais de 40 anos longe do lugar onde nasceu, e desabafa: “Nosso sonho é voltar pra nossa terra. Tenho muita vontade de voltar, eu e todos os meus meninos”.

Isso porque há 61 anos os quilombolas trocaram a área rural pela urbana sem saber. “Não sabíamos que tínhamos documentos de posse da terra. Moramos lá desde 1853. Achamos estranho quando chegaram ‘donos’ falando que tinham escritura. Isso no ano de 1962. Ora, se morávamos nas terras nessa época, como alguém poderia vender?”, contesta Mariinha.

Atualmente, a família mora em Paracatuzinho, um bairro da cidade, e vive de catar lixo para reciclagem. “É muito difícil viver disso. Nosso lugar é na roça”.

Dona Maria estudou e se formou como auxiliar de Enfermagem, profissão que desempenhou por 17 anos. Porém, o sustento da família vem praticamente da venda de papelão, papel e garrafas plásticas para reciclagem, além de vender picolés nas tardes quentes de Paracatu. Um povo que por gerações viveu do cultivo agrícola vê-se agora perdido, mesmo 40 anos depois, dentro de uma área urbana que não

Foto: Marcus Bennett



Caretada: expressão cultural mais conhecida da cidade de Paracatu

lhe pertence. Sempre resistentes, não perdem a esperança: “Agora que eu comecei a brigar pela minha terra, vou até o fim”, clama com fé dona Mariinha.

Jurandir Gouveia, presidente do Instituto Fala Negra, disse que o Incra os informou de que houve uma modificação na demarcação das terras da comunidade, redefinido os cálculos – a terra agora está menor. Mesmo assim, a família mantém a esperança de reter logo às suas terras.

Hoje, o grupo tem o objetivo de tornar suas terras uma espécie de quilombo contemporâneo. Como explica o historiador Alexandre Alves Dias, “é um quilombo de resistência cultural. Há, hoje, uma necessidade de luta para eles manterem suas tradições, mas não armada, como antes da abolição da escravatura”.

Dança em família

Todos os anos, a festa em homenagem a São Benedito acontece no final de junho e conta com a apresentação da dança careta, uma das maiores manifestações culturais quilombola. Os Amaro fazem questão de mantê-la como tradição familiar.

A comemoração e a festa de São Benedito têm suas origens nos povos africanos e homenageiam também à Nossa Senhora do Rosário. Isso porque, não possuindo igreja própria, foi erguido na

Capela de Nossa Senhora do Rosário – ou Nossa Senhora dos Negros – um altar na lateral, onde foi colocada a imagem de São Benedito. Uma semana antes de começar a novena, um grupo de homens mascarados e vestidos com roupas coloridas sai pelas ruas, cantando e dançando, anunciando a programação dos festejos juninos. Esse é o espírito da caretada.

Seu Honório Guimarães, 77 anos, um dos mais antigos da comunidade dos Amaro e com 65 anos de caretada, lembra do começo. “Comecei aos 12 anos. Fundei a dança em Paracatu há 40 anos e sempre para servir a São João Batista. Nós ‘dança’ para Nossa Senhora do Rosário, para São Pedro, São Paulo, mas o chefe deles é São João Batista”, faz questão de explicar.

Seu Honório conta como a caretada surgiu: “É uma dança dos escravos africanos. Para se divertir e tirar os males, eles pegavam as roupas das patroas para se enfeitar e colocavam máscaras para não serem reconhecidos, porque a dona dos escravos não queria ver nós dançar. Nós, mesmo aqui, depois que nós veste, nós não reconhece um ao outro não”.

Há 38 anos, a família dos Amaro dança em frente à igreja dos negros de Paracatu em forma de agradecimento pelas bênçãos recebidas. Só quem assiste à apresentação pode ter ideia de tamanha

importância dessa herança dos Amaro e porque a caretada é a expressão cultural mais famosa de Paracatu. Ainda mais em dia de São João, quando o grupo fica 24 horas dançando e cantando sem parar!

Artista naif

Na Família dos Amaro existe a história de um homem ímpar. Uma figura notável, que chamou a atenção de toda a cidade durante 30 anos, pelas obras de arte que produzia incansavelmente, até o último dos seus dias. Benedito Cirilo Coelho Guimarães, mais conhecido como seu Benedito, era uma daquelas pessoas que poderia ser chamada de gênio, se tivesse, ainda em vida, o talento reconhecido.

Importante liderança quilombola, Benedito foi responsável pelo resgate e a valorização das tradições da comunidade, principalmente a caretada. Era conhecido por sua alegria e disposição. Além de tudo, Benedito tinha um dom. Sem estudos ou qualquer curso que o ensinasse a desenhar e esculpir, começou a transformar madeira em verdadeiras obras de arte. Ao mesmo tempo em que trabalhava para sustentar a família, construía peças de artesanato, reunindo, em 30 anos, mais de mil peças que começam agora a ser catalogadas pelo Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Artes como a que produziu em sua própria casa.

Construída por ele, foi toda revestida com pedaços de azulejos e cerâmica. Ficou como uma marca registrada dos Amaro em Paracatu, embelezando as ruas e ressaltando nas obras o amor à liberdade e à natureza.

Jandira Neto, gestora de Educação Patrimonial do IAB, explica que o Instituto fará a catalogação da obra de Benedito. “O procedimento faz parte do projeto de educação patrimonial vinculado à pesquisa arqueológica realizada na área do Aproveitamento Hidroelétrico Batalha – que está sendo feita por Furnas – entre os municípios de Paracatu e Cristalina”.

O artista plástico André Lemos Oliveira foi chamado para avaliar as esculturas e as expressões artísticas das obras de Benedito e surpreendeu-se. “Benedito é um *naïf* de vanguarda. Era um artista autodidata que trabalhava com reciclagem. Estava à frente do seu tempo”.

São Domingos

Certificada como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares em 2004, a comunidade quilombola de São Domingos fica a três quilômetros do centro da cidade de Paracatu (MG). A data de habitação do grupo na área é bastante antiga, cerca de 200 anos. No local, moram hoje mais de

400 pessoas divididas em 72 casas ao longo do povoado.

O nome de São Domingos se deve a uma grande epidemia de febre que afetou muitos moradores. Então, recorrendo à fé, todos os remanescentes de escravos pediram ajuda ao santo. Como a oração foi atendida rapidamente, São Domingos transformou-se em padroeiro e deu nome à comunidade. Todo dia 4 de agosto tem festa em sua homenagem.

O fato de a comunidade ficar perto de uma área muito rica em ouro e prata, além de ser banhada por muitos rios, tem gerado, ao longo dos anos, uma séria disputa territorial com uma mineradora da região. Depois da instalação da empresa, alguns dos rios secaram e a água que a população consome está ficando escassa. A atividade de garimpo foi proibida e os moradores há alguns anos já não podem extrair nada das suas próprias terras. No entanto, mesmo com o sumiço de alguns dos meios de sobrevivência, São Domingos não perdeu os costumes e tradições quilombolas ainda nos dias de hoje. Essa afirmativa decorre da observação da agricultura de subsistência desempenhada pelo grupo, além de criação de gado, artesanato em papel e palha, e do trabalho coletivo nos equipamentos de beneficiamento existentes no local, com as casas de farinha,

os moinhos de cana e ainda uma olaria.

Folia de reis

Nas festas, além da tradicional caretada, a comunidade se destaca com a folia de reis, que sai em desfile todo dia 5 de janeiro. Na dança, destacam-se a capoeira, o maculelê, a caretada, a catira, a folia de reis, a dança do pauzinho, a dança do balaio e a tapuiada, esta última representando a história entre o contato de negros e índios da região. Na culinária, há receitas típicas do povoado, como bolo de domingo, mané pelado e leitão à pururuca, entre outros.

Apesar de a comunidade possuir luz elétrica, telefones públicos e coleta seletiva de lixo, a presidente da Associação dos Quilombolas de São Domingos, Cristina Contrim dos Reis, afirma que a maior dificuldade para o desenvolvimento é a falta de infra-estrutura. “Não há asfalto, nem espaço de lazer para que as crianças possam se divertir nos finais de semana. Sem contar a impossibilidade de comunicação, porque aqui ainda não chegou telefone fixo nas casas”.

Dona Cristina contou que após a certificação do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares muita coisa mudou. “O pessoal começou a se conscientizar do seu passado, do modo de vida,



Enquanto aguardam a posse da terra, os moradores de São Domingos realizam projetos sociais com apoio de instituições públicas

do fato de ser quilombola. Eu mesma tive a oportunidade de começar a participar de seminários e oficinas sobre temas que abordam os quilombos, em eventos da Palmares, da Seppir e de outros órgãos”.

Enquanto aguarda pela

posse da terra, a comunidade vem realizando projetos com o apoio de grandes empresas, como a Fundação Banco do Brasil. Os próximos a serem desenvolvidos são: a criação de um abatedouro de frango; a construção de uma biblioteca; e a criação de uma

área de lazer com quadras de esporte. O que dona Cristina quer mesmo é não depender de ninguém, é criar mecanismos para que a própria comunidade se sustente. “Somos livres e esse é o desejo da gente, que sejamos cada dia mais independente”. ✕



Trabalho em madeira de seu Benedito, artesão da cidade de Paracatu

Pontos de cultura

Educação e esperança para jovens quilombolas e afro-descendentes: um projeto simples, mas que pode mudar a história de muitas famílias. Isso é o que pretende o Ponto de Cultura Fala Negra, da cidade de Paracatu, em Minas Gerais.

Marcus Bennett

Criado no início deste ano para trabalhar com as comunidades quilombolas da região, o Ponto de Cultura Fala Negra, patrocinado pela Fundação Cultural Palmares, vem desempenhando um papel de expressivo destaque social, criando oportunidades de geração de emprego e renda para crianças, jovens e donas-de-casa.

O Instituto Fala Negra, onde se encontra o ponto de cultura, é uma organização não-governamental, que tem como atividades básicas a difusão e o resgate da cultura negra. Promove a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos, relativos ao patrimônio cultural, resgatando e fortalecendo todos os grupos de manifestação popular, como tapuiada, caretada, capoeira, caxinguelê e escolas de samba.

Com a idéia do ponto de cultura se fortalece, agora, a promoção de cursos de valo-

rização e qualificação profissional voltados às comunidades quilombolas. Assim, é possível disponibilizar diversas atividades de capacitação que visam atribuir ao aluno uma forma de trabalho que ele poderá desenvolver futuramente como carreira profissional.

Entre as diversas oficinas oferecidas pelo ponto de cultura está a de serigrafia (processo de reprodução de imagens e letreiros), que só pôde ser realizada porque a máquina para a impressão foi doada pela comunidade quilombola Família dos Amaro.

Jurandir Gouveia, o Dario Alegria, presidente do Instituto Fala Negra, contou que teve a idéia da oficina justamente porque sabia da existência dessa máquina. "Eu sabia que eles haviam ganhado essa máquina de um pessoal de Brasília, mas como eles não sabiam usar,

a máquina ficava encostada na casa. Resolvi pedir emprestado para realizar a oficina e trazer o pessoal dos Amaro para aprender a mexer nela".

Assim, na necessidade de um colaborador, surgiu Wagner Martins Carvalho, há 18 anos trabalhando com serigrafia, e, agora, professor do projeto, tendo pela frente um desafio: ensinar em três meses a noção básica de como fazer dessa brincadeira uma nova forma de ganhar dinheiro. "Minha esperança é que do grupo de 20 pessoas que começaram, dois ou três aprendam. Com isso, estarei satisfeito. Quero passar meus ensinamentos para a frente, que os alunos também façam isso, para que seja um ganha-pão, como esse trabalho é hoje para mim", explica, enquanto ensina.

Os alunos comprovam que a oficina é mais do

que bem-vinda na comunidade: “Interessante, porque a gente está aprendendo uma profissão e vai poder ganhar dinheiro com isso”, comenta Ítalo Pereira dos Reis, 16 anos, descendente da Família dos Amaro.

Eliane Coelho Guimarães, 35 anos, também da Comunidade dos Amaro, explica a importância da oficina: “Estou adorando! É uma maneira de termos uma nova profissão. Precisamos disso, de oficinas práticas. Assim, podemos trabalhar e ter uma renda para sustentar os filhos”.

Liziane Coelho Guimarães, de 27 anos, irmã de Eliane, sintetiza: “Muito bom! A gente fica evoluído, e aprender sempre vale a pena”, comenta enquanto serigrafia a camiseta da irmã.

Nova profissão

O jovem Sérgio Monteiro, 14 anos, da Comunidade do Cercado, entende que a oficina pode ser a chance de uma profissão a desenvolver no futuro: “Aprender uma profissão nova pode facilitar para eu conseguir um emprego”. Já Marina Bárbara Brandão, 20 anos, da Comunidade Buriti do Costa, tem uma visão mais solidária e pretende auxiliar a comunidade com trabalhos voluntários, como este que recebe. “Estou aqui porque quero aprender para poder ensinar aos outros também, para difundir a profissão e ajudar a quem precisa de um em-



Oficina de cultura no Projeto Fala Negra

prego”, responde animada.

A Fundação Cultural Palmares também teve a oportunidade de registrar a oficina de decupagem artesanal. (Decupagem consiste em adornar objetos com figuras em papel recortadas, formando diferentes composições). Mesmo sem a professora, algumas das alunas compareceram em pleno sábado para treinar a técnica.

Essa é primeira turma da oficina e foi direcionada para donas-de-casa quilombolas, que não têm muito tempo para se dedicar ao trabalho e, conseqüentemente, ajudar nas despesas familiares, uma vez que cuidam dos filhos, da casa e dos afazeres domésticos. A oficina ensina essas mulheres a trabalhar e vender seus produtos sem que precisem sair

de casa, conciliando todas as atividades caseiras com o aprendizado.

Posteriormente, o trabalho pode ser vendido em feiras, igrejas, festas de fim-de-ano e qualquer outro evento que reúna um grupo de pessoas capazes de apreciar um bom trabalho, essa arte.

Trabalho e renda

Uma das participantes é Roseleine Santana Soares, que foi praticar decupagem ainda com a filha no colo. Ela começou há apenas três semanas, mas já achou muito interessante a iniciativa do ponto de cultura. “A oficina é muito interessante, principalmente, para dona-de-casa, pois estamos aprendendo como ganhar dinheiro sem precisar deixar os filhos para trás. Além de

desenvolver muito nossa criatividade”, testemunha.

Para Lidianne Pinheiro, essa é uma ótima oportunidade para adquirir novas experiências para ingressar no mercado de trabalho. “Dá para ganhar um trocado em casa e depois evoluir”. E comenta simpaticamente, “já decupei três caixas em um mês”.

Uma nova forma de aprendizado, é o que pensa a quilombola Rosângela Soares Ferreira. “Acho bom aprender, é uma oportunidade que temos para ampliar nosso conhecimento”, sintetiza. Da mesma opinião compartilha Ceni Barbosa de Brito: “Para mim é mais um aprendizado – o propósito é para quando terminarmos a oficina, que pretendemos ter um melhor rendimento financeiro, além desse trabalho servir como ótima terapia”

Segundo o mesmo objetivo, o Ponto de Cultura Fala Negra vai além. Desenvolve atividades sociais visando à conscientização e à valori-



A serigrafia mobiliza, principalmente, os jovens da comunidade

zação da cor negra. O projeto Bonecas Negras consiste numa oficina que ensina as crianças a construir bonecas de pano com características afro-brasileiras. O resultado é fantástico.

O intuito é levar às crianças brinquedos que as identifiquem com elas mesmas, como os cabelos encaracolados e as roupas, evitando qualquer preconceito futuro em relação à cor da pele A

idéia surgiu entre o coordenador do ponto de cultura, Dario Alegria, e a professora Aliancita Rabelo, da comunidade dos Amaro. “Eu já fazia bonecas, mas não eram negras. Então, Dario me convidou para ministrar as aulas, mas pediu para eu ensinar a fazer as bonecas com cor negra”, conta a professora.

E assim foi. Nesses últimos meses, Aliancita formou mais de 20 alunas quilombolas na arte de confeccionar bonecas, capacitando-as para uma nova profissão, já que a venda das bonecas pode gerar uma boa renda. A professora explica que esse trabalho não foi importante só para as alunas, mas também para ela. “Essa oficina foi muito importante, pois sou negra, da família dos Amaro, faço parte da comunidade e esse trabalho uniu a nossa família e outras comunidades. Isso fortalece nossa cor”.



Na oficina de decupagem, as mulheres se surpreendem com a aceitação do trabalho



Ana Eugênia, da comunidade Santana, tem a mesma opinião: “Também acho que essa oficina preserva nossa cor, nossa cultura, a cultura negra. Os ensinamentos servem para continuar essa preservação”. Mas não é só isso, além de valorizar a cor dos quilombolas, a oficina serve igualmente para capacitá-los em busca de geração de renda. E quanto a isso, Ana Eugênia não tem dúvida alguma: “Pretendo aprender para vender todas as bonecas. Fazer uma renda, né?”.

O idealizador do ponto de cultura e presidente do Instituto Fala Negra, Dario Alegria, é descendente da Comunidade Buriti do Costa. Ele explica que a idéia é ir além, criar um centro cultural afro-paracatuense. “É necessário existir um projeto para abrigar um centro cultural, do qual os quilombolas e toda a comunidade negra possam se servir, para manifestação de suas culturas populares, teatro, esporte e oficinas, desde culinárias até a capacitação, como as que já desenvolvemos hoje”, esclareceu.

No Ponto de Cultura Fala Negra são oferecidas, além das oficinas citadas, aulas de sanfona/ acordeon, flauta doce, percussão, informática e edição de áudio e vídeo. O instituto conta ainda com o disque-racismo, para o qual qualquer cidadão da cidade de Paracatu e arredores que se sentir discriminado



Fotos: Marcus Bennett

poderá ligar: (38) 9117-0021 ou 3671-7117.

Capacitação de jovens

Na Cidade Ocidental (Goiás) a aposta é a capacitação de jovens. Organizadores acreditam que a cultura é um dos instrumentos para prepará-los na procura por melhores condições de vida.

Com o apoio da Fundação Cultural Palmares, o Ponto de Cultura Casa Afro-Cultural e Assistencial São Jorge tem como meta aumentar a inclusão sociocultural da população jovem do entorno do Distrito Federal. O diagnóstico é que essa parcela da comunidade sofre com a falta de políticas públicas adequadas devido à distância das capitais e por conta da rápida expansão urbana, que trouxe, como consequência, a violência.

Para os coordenadores do projeto, o problema da violência reflete-se principalmente na população jovem, que se vê obrigada a conviver com a pouca perspectiva de um futuro com condições adequadas de qualidade de vida e cidadania plena. No entanto, a cultura é um dos instrumentos essenciais para resolver grandes problemas sociais e econômicos enfrentados pelas diferentes sociedades, prepara melhor o cidadão e, ao fazer isso, colabora para o indivíduo ter melhores condições de vida, em qualquer circunstância.

O Ponto de Cultura São

Jorge desenvolve, desde julho, atividades artísticas e culturais afro-brasileiras que valorizem as expressões culturais locais e promovam a integração dos jovens do entorno. No espaço da casa são ministradas oficinas de capoeira, dança afro, percussão e hip hop, além de cursos de artesanato, costura afro e bordado.

Além disso, a casa disponibiliza para toda a comunidade uma infoteca, que é uma biblioteca virtual, com computadores e acesso à Internet, direcionada a sites de pesquisa e estudos. O projeto também oferecerá aulas de reforço, uma biblioteca tradicional e um cinema cultural, onde serão exibidos filmes e documentários sobre as culturas afro-brasileira e africana.

Identidade cultural

O Quilombo de Mesquita, comunidade remanescente de escravos também localizada na Cidade Ocidental, sofre igualmente com o problema da violência e, pior, com a perda de sua identidade cultural, fruto da evasão dos jovens, que buscam melhores trabalhos e condições de vida em Brasília e em outras cidades-satélites.

Para resgatar e fortalecer essa identidade cultural, o Ponto de Cultura São Jorge pretende realizar oficinas de catira – dança criada pelos negros africanos trazidos ao Brasil como escravos – e

aulas de viola caipira.

Mas não só os jovens serão beneficiados. A proposta visa, principalmente, realizar a interação entre jovens e antigos moradores do Quilombo de Mesquita, revitalizando os passos da catira, o vestuário e os instrumentos utilizados nas cantigas.

Os pontos de cultura são parte do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura, e representam uma política de inclusão social que assume a cultura, a educação e a cidadania, enquanto incentiva, preserva e promove a diversidade cultural brasileira.

O programa contempla iniciativas culturais que envolvem a comunidade em atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária.

Essas organizações são selecionadas por meio de edital público e passam a receber recursos do governo federal para potencializar seus trabalhos, seja em compra de instrumentos, figurinos, equipamentos multimídias, seja em contratação de profissionais para cursos e oficinas, produção de espetáculos e eventos culturais, entre outros.✕



Foto: Luiz Alves

Ponto de Cultura São Jorge incentiva a manifestação da cultura afro-brasileira

Um jeito de ser quilombola

Cultura e identidade afro-brasileiras se fortalecem em projetos apoiados pela Fundação Cultural Palmares

Marília Oliveira



A finalidade da Fundação Cultural Palmares (FCP) é “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Como esse objetivo abrange um país continental, a Fundação não pode fazer isso sozinha. Por isso, um dos meios utilizados é o apoio a projetos concebidos e desenvolvidos pela sociedade brasileira.

Hoje, por exemplo, as comunidades remanescentes de quilombos de Itacaré (BA) têm um registro detalhado sobre suas características, história e dados importantes para futuros projetos. Essas informações estão no Diagnóstico Participativo e Fortalecimento Comunitário de Comunidades Quilombolas em Itacaré, desenvolvido pela Floresta Viva, uma organização não-governamental.

A Fundação Cultural Palmares apoiou o projeto, que resultou em conhecimento mais detalhado sobre essas comunidades e maior mobilização dos quilombolas.

A partir de um convênio com a Fundação, o projeto teve início em 2007, com uma equipe, formada por um agrônomo, uma historiadora, um técnico agrícola e um agente de desenvolvimento, levantando informações e mobilizando seis comunidades de Itacaré. O agrônomo José Vivaldo disse que a equipe viveu a realidade

dos quilombolas, pois acampava e passava três dias em cada comunidade. “No início, houve uma certa resistência (dos quilombolas), que era mais uma timidez, mas hoje a gente tem relações pessoais com eles”, contou José.

Afirmação da identidade

As comunidades diagnosticadas foram Santo Amaro, João Rodrigues, Fojo, Serra de Água, Cuiúdos e Acaris. Os pesquisadores aplicaram questionários, fizeram entrevistas, fotografaram e filmaram os quilombolas, para colher dados como grau de instrução, compreensão do conceito de quilombo, existência de trabalho coletivo ou individualizado, entre outros.

Além disso, a equipe estabeleceu um processo de fortalecimento das comunidades, por meio de oficinas que trataram do associativismo para o desenvolvimento comunitário. Antes do pro-

jeto, apenas a comunidade de João Rodrigues tinha uma associação formada. Hoje, mais três comunidades ativaram e regularizaram sua associação.

José Vivaldo contou que as comunidades não tinham consciência de como é importante a certidão de auto-reconhecimento. A maioria dos quilombolas, nas seis comunidades, não sabia o que era um quilombo. “O grande diferencial está na identidade e esse foi o nosso principal foco”, afirmou o agrônomo.

Outra ação importante do projeto foi o intercâmbio das comunidades de Itacaré com as de Ivaporunduva, em São Paulo. Os pesquisadores levaram um representante de cada comunidade de Itacaré para conhecer as comunidades de Ivaporunduva, que estavam mais organizadas. “Esse intercâmbio reforçou a mobilização das comunidades de Itacaré”, disse José.

Foto: Regina Santos



A identidade quilombola é fortalecida no dia-a-dia da comunidade

O projeto também envolveu a realização do 2º Encontro Quilombola do Sul da Bahia, que reuniu cerca de 200 pessoas das comunidades dos municípios de Itacaré, Igrapiúna, Maraú, Nilo Peçanha, Cachoeira, Bom Jesus da Lapa e Vale do Ribeira (SP), moradores de Itacaré, movimentos sociais e culturais da região.

O encontro, realizado em setembro de 2007, possibilitou o intercâmbio entre as comunidades, que viviam diferentes estágios de organização. Houve um debate intenso sobre desenvolvimento sustentável, o papel do poder público e as principais demandas internas de cada local. As comunidades envolvidas iniciaram um plano de trabalho para serem atendidas em suas demandas.

Floresta quilombola

O final do convênio não significou o fim dos trabalhos com as comunidades de Itacaré. Este ano, a ONG Floresta Viva executa o projeto Floresta Quilombola: Fortalecer para o Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Quilombolas em Itacaré, sul da Bahia.

O projeto envolve hortas e flores com práticas agroecológicas, e tem o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “Hoje, a ação com os quilombolas (de Itacaré) existe graças ao convênio com a Fundação Cultural Palmares, que po-

Quilombolas do Norte e Nordeste do país foram capacitados para desenvolver economicamente suas comunidades. O Projeto de Fortalecimento de Associações e Entidades já formou 42 lideranças quilombolas.

tencializou, está potencializando e vai potencializar ainda mais outros projetos”, afirmou José Vivaldo.

Para ele, o trabalho com os quilombolas foi muito satisfatório para a equipe. “O que mais me impressionou foi ver como os mais velhos são saudosos das relações comunitárias que eles tinham antigamente. Hoje, você percebe um individualismo maior”, afirmou ele.

No projeto deste ano, a equipe está tentando resgatar a solidariedade dentro da comunidade. Além disso, José observou que houve o fortalecimento da identidade dos quilombolas de Itacaré. “Nos eventos que a gente tem participado, eles já se apresentam como quilombolas de Itacaré e têm orgulho de ser quilombolas”, disse.

Quilombolas das regiões Norte e Nordeste do país estão capacitados para desenvolver economicamente suas comunidades. O Projeto de Fortalecimento de Associações e Entidades Quilombolas das Regiões Norte

e Nordeste do Brasil cumpriu a sua segunda etapa, após formar 42 lideranças quilombolas de nove estados brasileiros. O projeto é um convênio firmado entre a Associação das Cooperativas do Nordeste (Assocene) e a Fundação Palmares.

Na primeira etapa foi feito um diagnóstico de 98 comunidades quilombolas, para avaliar a infraestrutura que possuíam e saber qual seria a atividade econômica mais produtiva. Esse levantamento foi feito em comunidades do norte e do nordeste brasileiros.

O segundo passo foi executar o Laboratório de Formação de Técnicos em Desenvolvimento Econômico. Para isso, a Assocene divulgou o curso nas comunidades diagnosticadas, que deveriam indicar um representante.

A seleção dessas lideranças por critérios de escolaridade e disponibilidade de tempo resultou em um total de 22 mulheres e 21 homens, dos quais 80% são jovens com idade entre 18 e 23 anos. As comunidades representadas se localizam em nove estados brasileiros: Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Durante um mês e meio, as 42 lideranças quilombolas ficaram no município de Triunfo (PE), onde receberam a formação para téc-



Projeto em parceria com a Fundação Palmares possibilita desempenho de atividades econômicas para os quilombolas

nicos de desenvolvimento econômico.

Programa de capacitação

Em regime de semi-internato, o curso, que envolvia teoria e prática, ia de segunda a sábado, pela manhã, à tarde e à noite. As matérias oferecidas envolveram teoria da organização, economia, planejamento econômico e social, administração de empresas, avaliação de projetos, microcrédito, empreendimentos associativos e cooperativos, gestão financeira, de produção e de marketing,

história e cultura da África e afro-brasileira.

O coordenador do projeto, Ajax Filgueira, disse que, apesar das dificuldades relacionadas à escolaridade dos quilombolas, o desempenho deles foi positivo. "Utilizamos o controle de leitura para criar neles o hábito de ler, e eles leram de dois a três livros durante o curso. O aproveitamento foi bom", contou ele.

As mais de 300 famílias da Comunidade Jarauacá, do município de Oriximiná(PA), escolheram

a quilombola Roseane de Figueiredo como sua representante para fazer o curso. Com 22 anos e ensino médio completo, Roseane não estava exercendo nenhuma atividade profissional, mas já tinha trabalhado como professora em educação infantil e de jovens e adultos.

"Todo o curso foi muito bom para ampliar o conhecimento e organizar o trabalho na comunidade", afirmou. Roseane agradeceu a escolha da comunidade, onde, agora, pretende aplicar o que aprendeu.

No projeto deste ano, a equipe está tentando resgatar a solidariedade dentro da comunidade.

O quilombola Raimundo Mota também aprovou o curso. Representante da Comunidade Monte Cristo, em Penalva, ele gostou principalmente das aulas sobre organização e associação. “Temos uma visão de associação ainda tradicional e vimos de uma forma diferente”, explicou.

Animado, Raimundo disse que já tem uma idéia para um empreendimento em sua comunidade. “Vamos tentar fazer o prédio da casa de farinha que está parada”,

Autogestão

A última etapa do projeto, consiste na instalação de três laboratórios, ou seja, três empreendimentos autogestionários. Os municípios escolhidos para essa etapa foram Tacuruba, em Pernambuco, Penalva, no Maranhão e Senhor do Bonfim, na Bahia. Alguns dos quilombolas formados no curso serão profissionais contratados pelo projeto.

De acordo com Ajax, serão montadas confecções para o aproveitamento de máquinas de costuras doadas a essas comunidades pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela Fundação Cultural Palmares em 2003.✕



Foto: Regina Santos

Casa de farinha garante renda à comunidade



Foto: Regina Santos

Apostar na solidariedade estimula o quilombola a resgatar sua identidade

Cotas nas universidades

Artigos e editoriais inflamados, matérias nos principais noticiários de TV, teses e livros, ações na Justiça, pressão sobre o Congresso. A adoção de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras provocou um dos mais intensos debates registrados nos últimos anos no país, sustentado, de um lado, pela grande mídia, contrária à adoção das cotas e, do outro, por organismos da sociedade civil dos mais variados setores.

Marília Oliveira

No ano em que se completaram 120 anos da abolição da escravidão, o Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu, no histórico dia 13 de maio, um manifesto a favor das cotas para negros nas universidades. Assinado por 740 pessoas, entre estudantes, militantes do movimento negro e professores, o manifesto defende a constitucionalidade do Programa Universidade para Todos (ProUni) e do sistema de cotas nas universidades. O ProUni, programa do governo federal, já colocou dentro das universidades particulares do Brasil mais de 170 mil negros em apenas três anos. E, pelo sistema de cotas, são

cerca de 20 mil graduandos negros em universidades públicas.

Alguns dias antes, em abril, o STF havia recebido um manifesto contrário às cotas, intitulado “113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Cotas Raciais”. O documento apoiava a ação direta de inconstitucionalidade impetrada pela Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) e pelo Partido Democratas contra o ProUni e o sistema de cotas para negros nas universidades. Os anticotas argumentaram que as ações afirmativas fracassaram nos Estados Unidos e aprofundaram o cisma racial na sociedade norte-americana. Além disso, utilizaram a

genética para concluir cientificamente que “não existem negros”, a fim de invalidar o sistema de cotas.

O manifesto a favor das ações afirmativas trouxe, além do contra-argumento, todo o histórico da luta dos negros pela igualdade racial e dados relacionados à aplicação do sistema de cotas em universidades. Em primeiro lugar, criticou os 113 anticotistas por não terem incluído em seu grupo os estudantes e por não representarem a comunidade negra brasileira. “As associações civis, culturais e religiosas negras, os vários setores do movimento negro organizado, os pesquisadores, docentes e estudantes negros, todos, em sua

esmagadora maioria, assinam o manifesto”, diz o texto.

Quanto ao suposto fracasso das ações afirmativas nos Estados Unidos, o manifesto pró-cotas traz o estudo de William Bowen e Derek Bok, ex-reitores das Universidades de Princeton e Harvard, respectivamente. Esse estudo mostra o impacto do sistema de ações afirmativas na promoção da igualdade racial. “O percentual de negros formados em universidades e escolas profissionais pulou, entre 1960 e 1995, de 5,4% para 15,5%, do total de graduados”.

Carga genética

Por fim, o manifesto critica a tentativa de provar, por meio da genética, que não há negros no Brasil. Os anticotas afirmaram que há negros com carga genética mais européia do que africana. “O jovem dentista negro que em 2005 foi confundido, em São Paulo, com um assaltante, poderia estar nesse contingente genético de ‘falsos negros’ – o que de nada teria servido, pois a polícia o fuzilou devido à sua aparência de negro e não por sua carga genética”, afirmam os favoráveis às cotas.

De acordo com o manifesto, “as cotas nas universidades públicas e o ProUni em apenas cinco anos serão capazes de colocar quase meio milhão de estudantes negros no mercado de trabalho ou na pós-graduação”.

O manifesto surge num

momento propício para a avaliação da política de cotas em universidades, iniciada há seis anos.

Hoje, de acordo com o Ministério da Educação (MEC) existem mais de 70 instituições de ensino superior entre estaduais, distrital e federais que adotam o sistema de cotas para negros.

As primeiras universidades estaduais a instituir cotas para negros foram a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), em 2002.

Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira instituição federal. De lá para cá, houve tempo para a sociedade analisar se foram cumpridas algumas previsões feitas pelos opositores da política de cotas.

Todas as universidades que iniciavam o processo de implantação das cotas para negros enfrentaram a forte pressão da opinião pública. E as que tomaram a frente sofreram mais ainda com a responsabilidade de fazer um trabalho coerente e justo. Foi o caso da UnB, como explica a coordenadora da



Estudantes cotistas aplaudem o sistema que deu a eles a oportunidade de ingressar no ensino superior

graduação da Faculdade de Comunicação, Dione Moura. Dione participou da comissão que implantou o sistema de cotas na UnB e contou que o desafio era grande. “Existia uma pressão externa da opinião pública, que dizia explicitamente que a qualidade do estudante ia cair e, com isso, a qualidade do ensino”, contou ela.

Adoção de critérios

A comissão que instituiu as cotas na UnB trabalhou durante nove meses antes de elaborar o primeiro edital, que reservava 20% das vagas para negros e 10 vagas para indígenas.

Nesse período, foram feitos vários levantamentos sobre a porcentagem de estudantes negros no vestibular, sobre quantos eram aprovados, sobre a nota mínima necessária na prova para que tivessem um bom aproveitamento no curso. “Nos nossos levantamentos, notamos que não havia coincidência entre a maior nota no vestibular e o maior índice de rendimento acadêmico”, explicou Dione.

Além disso, a comissão viajou por vários estados, visitando as universidades que também formulavam projetos de cotas, a fim de trocar experiências. “A nossa responsabilidade era muito grande de que o edital não fosse impugnado, pois era a primeira (universidade) federal a implantar as cotas.”

Na avaliação da professora, o resultado do trabalho executado pela comissão foi excelente, pois o edital não foi impugnado e serviu de modelo para outras universidades federais. Além disso, os alunos negros que ingressaram pelo sistema de cotas não deixaram a desejar. “Eles têm um desempenho excelente e um índice de abandono e de trancamento muito baixo”, avaliou.

Outro argumento da opinião pública era o de que as cotas causariam um clima de conflito e guetos dentro das universidades, mas nada disso se concretizou. “Os alunos negros participam de tudo, do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), ao projeto Rondon. Você vê jovens negros e não-negros em todas as atividades”, observou Dione.

Avaliação do sistema

Como uma ação afirmativa, o sistema de cotas da UnB deve ser aplicado até 2013. Nesse ano, haverá uma avaliação para saber se o objetivo de inserção dos negros na academia foi alcançado. Por enquanto, uma avaliação preliminar já aponta um desempenho excelente dos estudantes afro-descendentes, como explicou Dione. E além disso, existem também convênios da UnB com outras instituições para realizar ações afirmativas. Um deles é com o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que emprega estudantes

Como uma ação afirmativa, o sistema de cotas da UnB deve ser aplicado até 2013. Nesse ano, haverá uma avaliação para saber se o objetivo de inserção dos negros na academia foi alcançado. Por enquanto, uma avaliação preliminar já aponta um desempenho excelente dos estudantes afro-descendentes.

ingressos pelas cotas como estagiários. Há ainda outro, com o Ministério da Saúde, que é o Projeto Brasil Afroatitude. Nesse projeto, são oferecidas bolsas para estudantes que entraram pelas cotas para trabalharem em projetos na área de saúde e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e aids.

Este ano, estão se formando os primeiros estudantes que entraram pelo sistema de cotas na UnB, e, para a professora Dione, a política de ações afirmativas na Educação já está concretizada. “Essa etapa foi cumprida, agora temos de avaliar continuamente e aperfeiçoar”, disse ela. A professora também espera que os alunos que ingressam nas universidades pelas cotas possam ser difusores da política de igualdade. “Cabe a cada jovem se dedicar também à inclusão, por ter participado dessa política”, afirma Dione.

Pressão da mídia

Samuelita Santana Santana

Na mídia, em geral, os que condenam a adoção das cotas têm uma nítida vantagem, tanto nas seções de opinião quanto nas matérias jornalísticas, muitas vezes com denúncias bombásticas, que nem sempre obedecem às regras do bom jornalismo. Um exemplo vem da UnB, em que um garoto conseguiu se inscrever para fazer o vestibular na condição de cotista e seu irmão não conseguiu.

Segundo explicações da Universidade, o sistema de seleção funcionou perfeitamente. O recurso do segundo irmão foi acolhido e ele participou normalmente como cotista da prova do vestibular.

Parte da mídia decidiu explorar o resultado parcial do processo para atacar não só as cotas da UnB, mas o sistema em geral. De acordo com assessores da UnB, quando a Rede Globo exibiu a matéria-denúncia no *Jornal Nacional*, sabia da solução dada pela Universidade, mas omitiu a informação.

Na opinião pública, apesar de todo o esforço, os grandes meios de comunicação no Brasil parecem também que não estão tendo muito êxito. Uma pesquisa da Datafolha de 2006 indica que 65% dos brasileiros são a favor da adoção das cotas.

Ações judiciais - A Universidade Estadual da Bahia (Uneb) sofreu retaliação. Enfrentou várias ações judiciais. Mas, pelo menos nesse caso, os processos não partiram dos que ideologicamente são contrários às cotas, mas sim de quem, por não ser negro, atribuiu a sua reprovação no vestibular à reserva de vagas para os afro-descendentes. A Uneb defendeu-se, utilizando como argumentação seu regimento, estatuto e a autonomia universitária. Deu certo e virou jurisprudên-

cia em outros casos ocorridos no país.

"Houve o caso de um cidadão classificado em 112º lugar para um curso que oferecia 24 vagas para não-cotistas e 16 para cotistas. Obviamente, em qualquer situação, ele não seria aprovado. Mesmo assim, ingressou na Justiça", cita Ivete Sacramento, que ao assumir o cargo de reitora da Uneb em 1998 tornou-se a primeira negra a dirigir uma universidade pública em todo o país, e cinco anos depois adotou o sistema de cotas para facilitar o acesso aos afro-descendentes.

Além das cotas para o ingresso nos seus cursos de graduação, a Uneb adotou o mesmo processo para facilitar a entrada dos afro-descendentes também nos cursos de pós-graduação.

A ex-reitora Ivete Sacramento acha que os adversários das cotas estão tentando deturpar o seu conceito. "O objetivo é facilitar o ingresso na universidade de uma ampla parcela excluída e não o de promover o *apartheid*", e adverte que estão exigindo do aluno cotista não um desempenho igual, mas superior aos demais: "Mesmo já tendo o mérito de se igualar, apesar da situação adversa de formação em escola pública, cobram-se dele notas e conceitos excelentes e que seja sempre o melhor da turma".

Ela também rebate os que pregam que a solução para o ingresso dos alunos negros nas universidades está na melhoria do sofrível ensino público de níveis fundamental e médio.

"Enquanto aos nossos jovens ainda for negado o direito à educação plena, existirá a necessidade de manutenção das cotas raciais. Neste país, pobreza e ignorância têm origem africana. A gota do sangue negro faz a diferença e a desigualdade".

Os primeiros estudantes negros da UnB a entrarem pelo sistema de cotas se formaram em julho deste ano. Diogo Ferreira Alcântara é um deles. Com 21 anos, formado em jornalismo e já empregado, ele defende o sistema de cotas e a define como uma política igualitária.

Escola pública

Diogo é de Samambaia e sempre estudou em escola pública. Considera justo o sistema de cotas não apenas para estudantes de escolas públicas, mas também para negros. “Eu observava que, conforme o tempo ia passando, diminuía o número de alunos negros na escola. Por isso eu sou a favor desse recorte étnico das cotas”, afirma Diogo.

Na UnB, Diogo fez sua iniciação científica no Projeto Brasil Afroatitute. Ele recebeu bolsa e fez uma pesquisa sobre as redes de comunicação e o tema racial. Depois, estagiou na Organização das Nações Unidas (ONU) e no Fundo de Desenvolvimento da ONU para Mulher (Unifem). Por fim, fez estágio no Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), e foi contratado pela emissora para cobrir política no Congresso Nacional.

No começo do curso, Diogo disse que enfrentou o racismo dos que não concordavam com a novidade do sistema. “No início, tinha muita pichação, recados na

porta dos banheiros, essas coisas, mas, com o passar do tempo, foi ficando mais tranquilo”, contou. Diogo disse que encontrou também muitos colegas abertos ao diálogo.

Dedicado, Diogo disse não ter muitas dificuldades durante o curso. Por ser da primeira turma de alunos cotistas, ele observou também o aumento do número de estudantes negros na UnB. “Foi muito legal, porque acaba que boa parte da população negra que entrou na UnB era de baixa renda. Então eu encontrei muita gente que vinha das (cidades) satélites”, disse ele.

Quanto ao comprometimento com a igualdade racial, Diogo diz que isso é algo natural para ele. “Você conversa mais a respeito, o assunto vem como uma necessidade, já que você tem um pouco mais de conhecimento do que os outros colegas”.

Para Diogo, o sistema de cotas pode parecer desigual, mas, é algo que traz a igualdade. “Você nota uma diferença social entre negros e não negros na escola pública. Se você trata essas pessoas diferentemente por um sistema igual, você acaba mantendo a desigualdade”, afirma ele. ✕



O desempenho dos alunos cotistas é considerado excelente

Em nome da liberdade religiosa

A valorização das expressões culturais religiosas de matriz africana é um compromisso da Fundação Cultural Palmares, que, desde a sua fundação, luta pelo combate à intolerância e pela difusão e preservação dessa manifestação cultural.

Marcus Bennett





Há séculos, expressões religiosas, como a umbanda e o candomblé, sofrem discriminações e são rejeitadas em todos os cantos do Brasil. Seus seguidores são vítimas da intolerância por cultuarem suas divindades, seus costumes e suas liturgias.

Muitas das vezes, o desrespeito é insuflado por líderes de outras religiões, que não aceitam as religiões de matriz africana. O aumento da visibilidade dessa violência vem provocando manifestações de personalidades do mundo intelectual e artístico, que identificam nesses focos de intolerância outros preconceitos, entrelaçados com o racismo e a xenofobia.

A Constituição Federal garante a liberdade de culto e religião, mas as expressões culturais e religiosas de matriz africana no Brasil precisam mais do que uma lei estabelecida, do que um direito impresso em papel – há necessidade de programas de apoio à proteção dessa cultura.

E é para resgatar esses valores que a Fundação Cultural Palmares vem trabalhando há 20 anos, apoiando diversas ações e projetos que tenham o objetivo de difundir, preservar e valorizar a cultura das comunidades de matriz africana.

Um exemplo desse trabalho é o projeto Ógbin, que tem como intuito difundir a expressão cultural afro-brasileira pautando-se na idéia de auto-sustentabilidade, propondo-se à capacitação semiprofissionalizante das famílias das comunidades de terreiros de Belém (PA), com oficinas produtivas e de qualificação.

Resgate da cidadania

Essas oficinas são grupos produtivos para manipular ervas, óleos essenciais, confecções, estamparias e, ainda, culinária afro, como estratégia de combate à pobreza e resgate da cidadania dos afro-religiosos.

A iniciativa capacitou em um ano, 60 pessoas, entre mulheres, jovens e população da terceira idade, envolvendo 20 comunidades de terreiro, que contribuirão para divulgar a cultura de matriz africana para mais de cinco mil pessoas com a venda dos produtos resultantes das oficinas. Tudo é uma estratégia de educação pelo trabalho, na qual a população negra e as comunidades de matriz afro-religiosa possam exercer cidadania, a partir de ações como sujeitos na construção do projeto, gerando renda e fortalecendo a auto-estima.

Outra importante ação que conta com o apoio da Palmares é a realização de projetos que visem capacitar membros de comunidades de matrizes africanas para oportunizar empreendimentos solidários sustentáveis, numa perspectiva de preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural, por meio de oficinas de beneficiamento para preservação, conservação e modos de fazer das ervas sagradas e raízes de matriz africana. O patrimônio cultural afro-brasileiro dessas comunidades é responsável por boa parte dos conhecimentos sobre saúde e educação difundidos nos locais onde estão instaladas.

Em outros projetos, a Fundação Cultural Palmares procura desenvolver atividades que facilitem o entendimento da diversidade do tema ecologia e as mudanças introduzidas no contexto ambiental, social e cultural, principalmente em locais onde se percebe a presença do candomblé como espaço sagrado, já que os temas ambientais nesses locais são de relevância religiosa decisiva.

Assim, por meio de ações de preservação, manutenção e amparo, a Palmares dá continuidade aos seus objetivos de sustentar ações que

possam garantir a difusão e valorização das expressões culturais e do patrimônio material e imaterial afro-brasileiro, sempre respeitando as características culturais, ideológicas e históricas de cada comunidade. Assim, estarão se preservando as matrizes africanas e, conseqüentemente, a História brasileira.

Sempre temos notícias de que algum centro religioso de matriz africana foi atacado por membros de outras re-

ligiões ou foi caluniado na mídia. O desconhecimento e a ignorância, por boa parte da população, sobre o significado dos cultos africanos acabam atribuindo às religiões umbanda ou candomblé um falso mito, gerador de preconceito e rejeição.

A luta das religiões africanas contra o preconceito social confunde-se com a própria luta de superação do racismo e data do século XIX. De acordo com o an-

tropólogo e sociólogo Roger Bastide, em seu livro *Estudos Afro-brasileiros*, "o caráter primitivo, exótico e satânico conferido por alguns setores da sociedade à religiosidade africana sustentava e justificava as teses racistas do século XIX, de tal modo que a herança cultural e religiosa era cotidianamente negada e desapropriada de seus elementos constitutivos. Os orixás, *nkisi* e voduns passaram a ser reconhecidos pela tradição cristã como figuras diabólicas".

Preconceito social

Dentro do imaginário popular, ainda hoje se percebe a influência desse discurso produzido na época colonial. Mas os principais problemas disso tudo são o desconhecimento e a falta de informação.

Poucas pessoas sabem o que se passa dentro de um terreiro. Muitos acreditam ser coisa de magia, do diabo e outras balelas, mas a verdade é que ninguém procura estudar as origens dessas religiões antes de criticá-las.

A maioria não sabe o que é o candomblé e a umbanda, só que essa ignorância leva as religiões a receberem tratamentos diferenciados, levando-as à intolerância religiosa. A umbandista Tereza Cristina explica: "As pessoas não sabem o que falam, muitas pensam que a gente cultua demônio. Achem que no transe o diabo tomou conta, que baixou o santo. Mas na

Reprodução



Xangô e suas três mulheres (1978), de Abdias Nascimento

O candomblé é um espaço de unidade e de sentidos. Cada núcleo – chamado de terreiro ou roça – é um sistema social, cujas tradições negras africanas tendem a se perpetuar.

verdade, a gente se energiza com a natureza, a natureza vai de encontro à nossa energia e nós manifestamos a natureza”.

Espaço de unidade

O candomblé é um espaço de unidade e de sentidos. Cada núcleo – chamado de terreiro ou roça – é um sistema social, cujas tradições negras africanas tendem a se perpetuar.

O diretor do Centro de Estudos Africanos da Uni-

versidade de São Paulo (USP), professor Kabengele Munanga, explica que a religião é uma filosofia de vida, uma maneira de se comportar, de se relacionar. “O candomblé tem tudo o que as outras religiões têm. Só que o candomblé tem uma visão familiar, é como uma grande família. Não é para os elitistas preocupados em convencer todo mundo. Não tem um conteúdo tão politizado, são as relações entre a natureza e a sociedade que são muito importantes, sem as quais não poderiam existir”, explica.

Para Munanga, “poucos sabem que foi por meio da religião que se reestruturaram outros setores da resistência à escravidão, e ela ainda desenvolveu campos como a música, a dança e a

arte. Precisamos nos conhecer. Não há como formarmos nossa cultura, sem conhecer nossa própria história”.

A importância dos chamados terreiros é inegável para a cultura afro e para as famílias afro-brasileiras. É o que nos lembra também Marcos Rezende, coordenador geral do Coletivo de Entidades Negras (CEN) e Ogã do Ilê Axé Oxumaré. Segundo ele, “quando os negros foram trazidos para o Brasil as famílias foram dilaceradas, nenhum negro teve conhecimento do seu passado ou da sua história. Assim, dentro dos terreiros, os negros formam as famílias africanas. Quando falamos minha mãe-de-santo, meu pai-de-santo, meu irmão-de-santo, estamos falando na verdadeira família africana, pois



Foto: Januario Garcia, Reprodução

No candomblé, os elos de parentesco são estabelecidos a partir dos ritos. Famílias de santo – assim denominadas as estruturas de parentesco do candomblé – apontam linhagens que se remetem não apenas aos fundadores dos primeiros terreiros no Brasil, mas à própria memória das famílias de santo que se pretende preservar.

antes ninguém tinha pai, mãe ou irmão. Nos terreiros são construídos esses laços familiares que nos foram arrancados", explica.

Bastide explica que no candomblé, os elos de parentesco são estabelecidos a partir dos ritos. As famílias de santo – assim denominadas as estruturas de parentesco do candomblé – apontam linhagens que se remetem não apenas aos fundadores dos primeiros terreiros no Brasil, mas à própria memória das famílias de santo que se pretende preservar. Preservar essas raízes é um ato sagrado no candomblé.

Preservando ritos

"Preservar os ritos não é nada fácil". Isso é o que conta a presidente da Federação Brasiliense de Umbanda e Candomblé, Marinalva dos Santos Moreira, ao relatar que, por diversas vezes, já sofreu discriminação pelo fato de ser candomblecista,



Foto: Januario Garcia, Reprodução

A religião é uma filosofia de vida

tendo até mesmo seu direito de ir e vir restringido. Mas Marinalva lembra que houve uma mudança de mentalidade nos últimos anos.

"Hoje somos reconhecidos graças ao presidente Lula, através das ações da Fundação Cultural Palmares e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Hoje, somos mais reconhecidos pela população, somos convidados a marcar presença em debates e reuniões sobre o assunto", coisa que antes seria impossível.

Marinalva não entende o porquê de tanta intolerância em relação às religiões de matriz africana, se no final o objetivo de todas é o mesmo. "A religião afro ensina, como todas as outras,

a respeitar e amar o próximo, independente de sua crença. O Deus é um só, nós é que o dividimos".

Para o padre Ari Antônio dos Reis, assessor da Pastoral Afro-brasileira da CNBB, a Igreja Católica está preparada para se colocar ao lado da população negra para ajudá-la a desenvolver a cidadania e a combater o racismo. "O pedido de perdão do Papa João Paulo II ao mal causado pela Igreja Católica ao povo negro foi muito importante. A Igreja reconhece hoje que os negros ainda não estão totalmente integrados, basta ver quem mais sofre com o desemprego, com a falta de educação", lembra.

O padre ressalta que a

dívida com o povo negro é muito grande, "que não será paga nos próximos anos, por isso, temos que ter iniciativas para diminuir essas diferenças. Isso torna importante a discussão sobre cotas nas universidades, o

Estatuto da Igualdade Racial e outras ações afirmativas".

Padre Ari destaca, com satisfação, que os praticantes das religiões de matriz africana sempre demonstram muito respeito aos padres e que um dos pontos funda-

mentais da Igreja Católica em relação à luta contra o racismo é apoiar as populações quilombolas, por intermédio da Pastoral da Terra, e difundir o diálogo entre as religiões católica e de matriz africana.

Diagnóstico de terreiros

Cleidiana Ramos



Jocélio Santos: pesquisa mostra força das religiões afro

Uma pesquisa realizada em Salvador mostra que, pelo menos na capital baiana, ao contrário do que se imagina, as religiões afro não estão numericamente perdendo adeptos para os evangélicos. Pelo contrário, um número maior de fiéis, principalmente das religiões neopentecostais, é que está sendo atraído sobretudo para o candomblé. A pesquisa, intitulada *Mapeamento de terreiros*, coordenada pelo Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) da Universidade Federal da Bahia, mostra também que o número de terreiros em Salvador aumentou, e que os conflitos de convivência entre evangélicos e adeptos das religiões afro não têm proporção significativa.

O estudo, que será realizado também em outros Estados, está sendo encarado como um censo das religiões afro-brasileiras em

Salvador, reconhecidamente onde essas religiões têm maior tradição. Durante nove meses, os pesquisadores foram aos bairros da cidade, não apenas com a missão de elaborar um diagnóstico sobre os terreiros já conhecidos, mas também de identificar possíveis casas que sequer estivessem inscritas na Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro. Descobriram, além do crescimento do número de terreiros, que muitas afirmações sobre a religião afro não são verdadeiras, inclusive o seu enfraquecimento diante do fenômeno da fé representado pelas igrejas neopentecostais, que têm em Salvador a capital onde apresentam maior crescimento.

De acordo com a pesquisa, existem na capital baiana 1.149 terreiros, 131 a mais que no último levantamento feito pelo governo do Estado em 1983. Mais de 30% dos ter-

Contra o sincretismo

“Eu segurei a bandeira contra o sincretismo. O movimento negro ainda estava muito fraco, mais centrado na questão política, de raça, e não de religião”

Mãe Stella de Oxossi



lalorixá de um dos mais conhecidos terreiros de Salvador, o Ilê Axé Opô Afonjá, Stella de Azevedo, a Mãe Stella de Oxossi, 82 anos, criou uma enorme polêmica em 1983.

Ela lançou um manifesto, referendado por outras mães-de-santo de grande influência, como Menininha do Gantois, Olga de Alaketu, Nicinha do Bogum e Teté da Casa Branca, defendendo o fim do sincretismo afrocatólico, por entender que essa associação impedia o reconhecimento do candomblé como religião independente. Enfrentou críticas dos dois lados, mas hoje, 24

anos depois, a pesquisa realizada pelo CEAO mostra que o sincretismo está perdendo força nos terreiros e que mais de 60% deles sequer recorrem às missas como celebração religiosa.

O objetivo da lalorixá ao redigir o manifesto sobre o assunto não era declarar a superioridade de uma religião em relação à outra, mas afirmar que o candomblé também tinha características muito próprias e não mais podia ficar à sombra de outra crença.

Ela lembra também que a relação entre as duas religiões foi construída num histórico de opressão. Os

africanos recém-desembarcados no Brasil como escravos eram obrigados a assumir o catolicismo dos seus senhores, sem direito de escolha. O batismo não era opção, mas regra imposta. Assim, a referência religiosa que eles trouxeram passou a ser praticada em segredo.

“A gente era de candomblé, mas era educado frequentando a Igreja Católica. Estudei em colégio de freira, fiz primeira comunhão e ouvia o padre dizer na missa que quem vivia no candomblé não devia comungar. Eu escutava aquilo e ficava incomodada. Então levantei a bandeira”, relata.

reiros ganharam adeptos de outras religiões e somente em 23% deles ocorreu o movimento contrário. Nos dois casos, esse trânsito da fé envolveu em sua quase totalidade igrejas neopentecostais, como a Universal do Reino de Deus.

“Os dados mostram a força das religiões de matrizes africanas, que, mesmo sendo vítimas de preconceitos e ataques, continuam crescendo”, avalia o diretor do CEAQ, Jocélio Teles dos Santos, coordenador da pesquisa patrocinada pela Palmares, o Ministério da Cultura e a Secretaria Especial para as Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

A convivência entre os adeptos das religiões afro e os evangélicos, inclusive os neopentecostais, segundo o *Mapeamento*, não é também tão conflituosa como se supunha. Apesar de ações judiciais e relatos na mídia de denúncias de perseguições de evangélicos contra seguidores das religiões afro, menos de 10% dos pais e mães-de-santo entrevistados souberam relatar casos concretos de preconceitos contra as suas religiões.

Mulher em primeiro lugar

O *Mapeamento* mostrou que as mulheres continuam comandando a maioria absoluta dos terreiros baianos. Em 64% deles, a liderança espiritual é feminina. Mas os pais-de-santo, que hoje representam 36%, ampliaram a sua participação em 7%, em relação ao levantamento realizado em 1983.

As mulheres vencem a disputa masculina até entre os orixás. A maioria dos terreiros de candomblé é consagrada a Oxum, que, coincidentemente no sincretismo religioso, é representada por Nossa Senhora da Conceição, a padroeira católica de Salvador. E para confirmar a supremacia feminina, o segundo lugar é de Iansã.

Em relação à origem racial, a maioria dos pais e mães-de-santo (58%) se identificou como sendo da raça negra; 30,6% se disseram pardos; 4,3% brancos; 2,8% indígenas e 0,8% asiáticos.

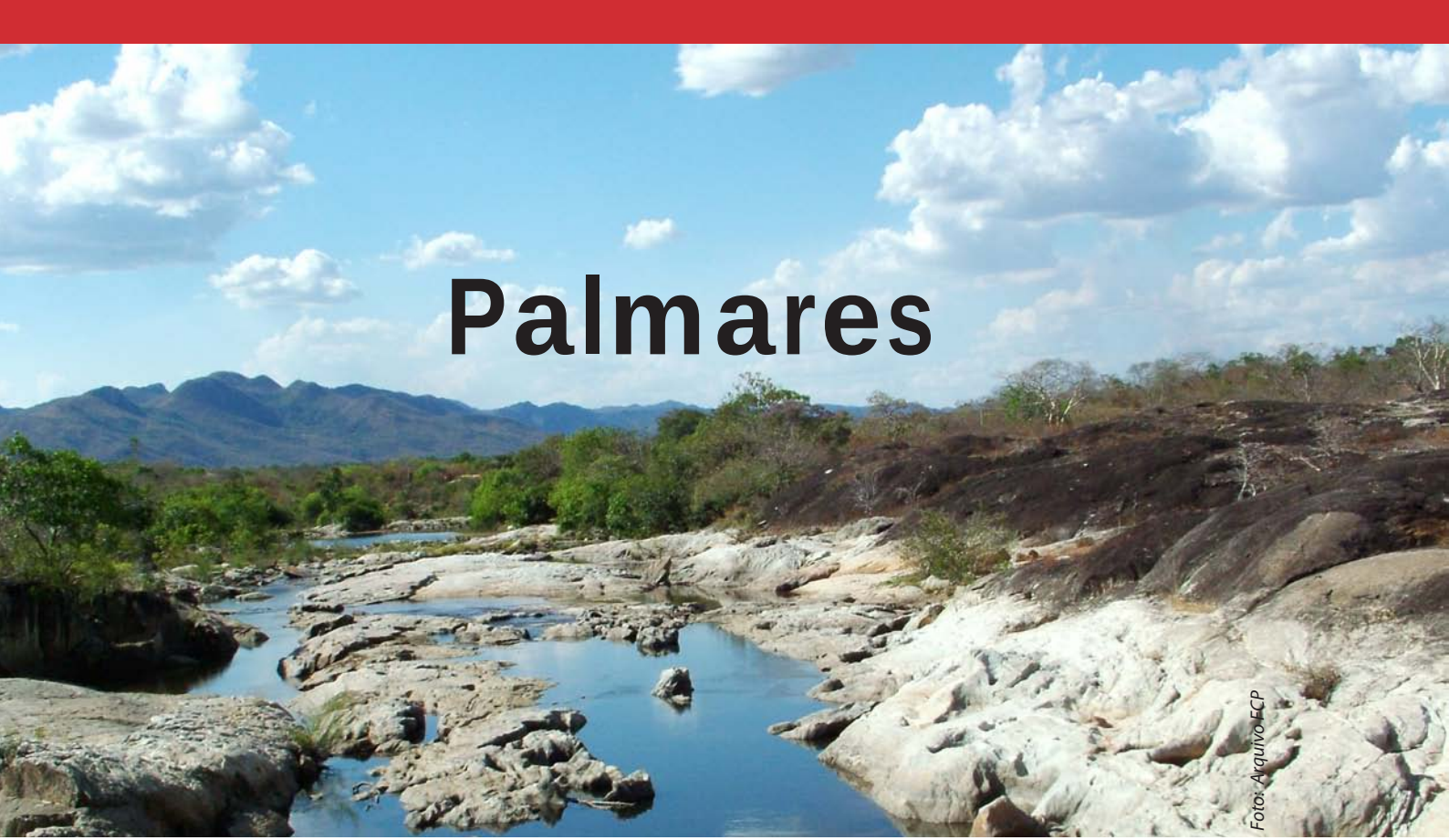
O índice de escolaridade mostra uma relação diretamente proporcional com os da

população negra de Salvador. Apenas 3,3% dos pais e mães-de-santo têm nível superior; 25,3% têm o ensino médio completo; 12,5% ensino fundamental e 4% não têm instrução fundamental. E a grande maioria deles, além do sacerdócio, exerce profissões também comuns à da população negra baiana: cozinheiro, empregada doméstica, baiana de acarajé, professor, costureiro e ainda servidor público.

Além de traçar um diagnóstico da realidade da religião afro em Salvador, o *Mapeamento* vai servir para os governos federal, estadual e municipal definirem e executarem ações voltadas à preservação da religiosidade trazida para o Brasil pelos escravos africanos, e também projetos para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde os terreiros estão localizados.



Detalhe de uma lavagem, ritual do candomblé



Palmares

Foto: Arquivo ECP

para sempre

Trezentos e sete anos depois da morte de Zumbi, os brasileiros ganham oficialmente o maior monumento à memória, à história e à preservação da cultura negra no país. Construído no mesmo local que nos últimos 300 anos tornou-se símbolo maior da resistência dos negros e marco de brasilidade, o Parque Memorial Quilombo dos Palmares é um referencial para a valorização e o conhecimento da história negra brasileira.

Nelson Rios

O Parque está pronto e aberto à visitação pública. Fica na cidade de União dos Palmares, a 80 quilômetros de Maceió, capital de Alagoas, na histórica Serra da Barriga, onde o maior quilombo das Américas tinha a sua capital e que se tornou cenário de uma das mais importantes

histórias de luta pela liberdade em todo o continente.

A implantação do Parque foi resultado de uma mobilização de 20 anos das entidades do movimento negro, que queriam dar ao local uma dimensão proporcional à importância de Palmares na História do Brasil.

Palmares não é apenas o primeiro parque temático cultural afro-brasileiro. É também o primeiro complexo cultural-histórico com uma arquitetura inspirada na africanidade, erguido em todo o continente americano, cujos países foram o centro da diáspora que se estabeleceu a

partir da escravidão. A história do Quilombo e os seus personagens está presente no Memorial, ao lado das manifestações de fé e da cultura afro-brasileira, no simbolismo de que a história ali vivida transcendeu aos mais de 300 anos da morte de Zumbi.

Atrações turísticas

No cenário representativo da capital de Palmares, os visitantes conseguem se transportar no tempo. Lá estão a paliçada, chamada de Cerca Real dos Macacos, que os quilombolas construíam como defesa contra os seus agressores; as ocas que os negros aprenderam a construir com os índios e que se tornaram as habitações no Quilombo; e o muxima (que na língua quimbundo significa “coração”) o local onde se reunia o “conselho de líderes”, reconstituído como homenagem a todos os seus comandantes (Zumbi, Ganga Zumba, Acaiene, Acaiuba, Acotilene, Amaro, Andalaquituche, Dambrabanga, Ganga-Muiça, Ganga-Zona, Osenga, Subupira, Tocolo,



Reprodução do Muxima, onde se reunia o “conselho de líderes”

Tabocas, Aqualtune, Banga, Camoanga e Mouza).

Assim como as ocas, a casa de farinha, também assimilada da cultura indígena pelos quilombolas, está presente no Memorial Palmares. Tem também um complexo de multiuso, o batucajé (dança ao som dos tambores), com ponto de informações, espaço para apresentação de grupos de capoeira e o restaurante *kúku-wáana* (banquete familiar), com um cardápio de culinária afro-brasileira, incluindo itens resgatados dos hábitos alimentares dos primeiros quilombolas, que chegaram na Serra da Barriga em 1595, guiados pela

princesa Aqualtune, avó do guerreiro Zumbi.

A fé está representada arquitetonicamente por três construções: onjó cruzambe (casa do campo santo), oxile das ervas (terreiro das ervas) e a gameleira sagrada (irôco). O onjó é um espaço aberto para os cultos de matizes africanas; o oxile resgata as plantações de ervas utilizadas medicinalmente e nas oferendas aos orixás; e o iroco é o local sacro para a purificação.

Mas o encontro mítico com a realidade do passado acontece de forma mais intensa nos seis espaços contemplativos do parque. Neles, os visitantes não apenas vêem a história, também a ouvem através de textos interpretados pela atriz Chica Xavier, a cantora Lecy Brandão e os cantores Djavan, Toni Garrido (interpretando Ganga Zumba) e Carlinhos Brown (Zumbi). No último espaço contemplativo, dedicado à reflexão, meditação e oferenda, a palavra é cantada pela voz de Leila Pinheiro.✕

Foto: Arquivo FCP



Ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil, na inauguração do Memorial

Intercâmbios afro-latinos

Por meio da internet, a Fundação Cultural Palmares abre um novo canal para que as comunidades afro-descendentes da América Latina se conheçam e se comuniquem.

Marília Oliveira

O Observatório Afro-Latino é o nome do portal que a Fundação Cultural Palmares coloca no ar com o objetivo de reunir informações sobre as culturas dos negros latino-americanos. O portal é uma ação do Programa Intercâmbios Afro-Latinos, iniciado em julho de 2007 pela instituição.

O Observatório Afro-Latino traz artigos, entrevistas, informações, imagens e vídeos dos 20 países que constituem a América Latina. O conteúdo, em português e espanhol, tem foco na cultura, o que possibilita um conhecimento mais amplo das comunidades afro-latinas. Em entrevista publicada no Observatório, o ex-ministro do Equador, Antonio Preciado, ressalta a importância da cultura para o início das relações internacionais. "Quando nós conhecemos um povo, se o conhecemos por sua cultura, conhecemo-lo profundamente. A cultura, então, se constitui em um caminho para nos aproximarmos", disse.



Em 2007, a Fundação Cultural Palmares, que já mantinha relações com países africanos, iniciou um novo eixo de trabalho com os países latino-americanos. Em julho e agosto, promoveu o I Seminário Internacional Intercâmbios Afro-Latinos no Rio de Janeiro e em Salvador. Participaram do evento cerca de 200 pessoas por cidade, entre intelectuais, estudantes e membros do movimento negro do Brasil, da Colômbia e dos Estados Unidos. O seminário deu iní-

cio ao Programa Intercâmbios Afro-Latinos, que vem sendo desenvolvido pela Fundação Cultural Palmares, ligado também a ações de intercâmbio cultural realizadas pelo Ministério da Cultura.

Para o presidente da Fundação Cultural Palmares, Zulu Araújo, "conhecer a América Negra, com toda a sua diversidade, e dialogar com as experiências de cada país é o objetivo maior da Fundação Cultural Palmares, que se coloca como intermediadora nessa caminhada

para fazer avançar a igualdade de direitos, acessos e oportunidades para todos os afro-descendentes da região”.

Ainda no ano passado, foi assinado, pelos ministros da Cultura do Brasil e da Colômbia, um Protocolo de Intenções para os afro-descendentes. O principal objetivo é promover o intercâmbio entre esses países, de modo que se desenvolvam políticas públicas e ações voltadas à valorização da cultura afro-latina.

Fusão de ritmos

Em janeiro deste ano, o grupo Kilombo veio da Colômbia para se apresentar em Salvador (BA) a convite do ex-ministro da Cultura Gilberto Gil, como uma atividade do Protocolo de Intenções. O grupo, formado por jovens colombianos da costa pacífica, interpreta a música folclórica da região com elementos urbanos a fusão de ritmos afro-latinos. Eles tocaram no Festival de Música e Artes Olodum (Femandum) e na 29ª Noite da Beleza Negra do Ilê Aiyê. Atividades como essa estão previstas no Protocolo como um meio de cooperação entre a cultura afro de ambos os países.

Após a Colômbia, foi a vez do Equador. Em novembro do ano passado, os ministros da Cultura dos dois países assinaram o Programa Executivo Cultural 2007-2010. A ida

Conhecer a América Negra, com toda a sua diversidade, e dialogar com as experiências de cada país é um objetivo da Fundação Cultural Palmares.

do bloco afro-baiano Ilê Aiyê ao Equador marcou o início desse programa. A Fundação Cultural Palmares levou o grupo, que se apresentou nas cidades de Quito e Esmeraldas. Nessa última, estava acontecendo o Festival Internacional de Dança e Música Afro, o que favoreceu bastante o intercâmbio entre o grupo brasileiro e os demais grupos latinos.

O embaixador do Brasil no Equador, Antonino Marques Porto, assistiu ao *show* e falou sobre a importância dessa atividade. “Trazer o Ilê Aiyê aqui é mostrar ao Equador, que é um país extremamente diverso em termos de forma-

ção cultural e racial, que nós também somos assim, temos esse ponto em comum”, disse.

Como mais uma ação do Programa Intercâmbios Afro-Latinos, o Observatório é construído com a colaboração de todos os países latino-americanos. A Fundação Cultural Palmares administrará o portal, que será um ponto de encontro dos intelectuais, artistas e curiosos sobre a cultura afro-descendente.

O Observatório pretende promover uma reflexão crítica sobre a realidade das comunidades negras latino-americanas sob o olhar da cultura.

Desse modo, possibilitará uma troca de experiências culturais e sociais entre as comunidades e a formação de uma base de dados, artigos e informações sobre essa parcela ao mesmo tempo discriminada e forte da América Latina. ✕



Show do bloco afro-baiano Ilê Aiyê no Equador

Pesquisa

Foto: Adenor Gondim



A caminho da reparação

Pesquisa mostra baixa presença dos negros nas TVs brasileiras, mas emissoras estatais prometem mudar esse quadro. Algumas delas já começaram o processo de democratização étnica.

Samuelita Santana Santana

Um dos alvos preferenciais das organizações que lutam pela igualdade racial no Brasil, as redes de televisões privadas são sempre acusadas de não terem uma programação que espelhe a diversidade racial do país. Ou seja: negros não aparecem ou aparecem muito pouco nas suas programações.

O dado novo nesse debate é a pesquisa realizada pelo cientista social Joel Zito Araújo, comprovando que nas TVs públicas brasileiras a presença dos negros é ainda menor. Os dirigentes das emissoras não questionaram os resultados da pesquisa. Pelo contrário. Admitiram os dados como verdadeiros e prometem mudanças. Algumas delas já iniciaram o processo de democratização étnica das suas programações.

A pesquisa *Onde está o negro na TV?*, apresentada no I Fórum de TVs Públicas, realizado em maio de 2007, em Brasília, patrocinada



pela Fundação Cultural Palmares, traçou um diagnóstico sobre a presença física, cultural e social do negro nas emissoras que integram a chamada rede educativa no país.

Autor do clássico *A negação do Brasil – O negro na telenovela brasileira*, Joel Zito Araújo formou uma equipe e durante semanas se debruçou sobre a programação das principais emissoras públicas do país – TV Cultura (SP), Rede Brasil (RJ) e TV Nacional de Brasília, integrante do Sistema Radiobrás.

Cada emissora teve pesquisada uma semana de programação, com foco exclusivo sobre a programação não-ficcional. O objeto da pesquisa não se limitou à presença física de negros como apresentadores ou repórteres nas programações. Foi além: aferiu o conteúdo da programação para verificar se a temática, inclusive do ponto de vista cultural e educativo (cuja difusão é um dos objetivos institucionais das emissoras públicas), contemplava os afro-descendentes.

Os gráficos da pesquisa indicam que a população negra e a cultura afro-descendente são sub-representadas nas emissoras públicas e que a sua grade de programação expressa um baixo perfil de reflexão sobre o pluralismo cultural brasileiro.

Os euro-descendentes,

A pesquisa indica que a população negra e a cultura afro-descendente são sub-representadas nas emissoras públicas e que a sua grade de programação expressa um baixo perfil de reflexão sobre o pluralismo cultural brasileiro.

ao contrário, apresentam uma hiper-representação, ocupando nada menos que 93,3% no posto de jornalistas e 86% no posto de apresentadores. A somatória dos programas nas três redes públicas que focaram efetivamente a temática da cultura negra brasileira, ou histórias pessoais e variadas de afro-descendentes, totalizou um percentual de apenas 4,1%. Mesmo as referências rápidas sobre aspectos relativos à contribuição cultural de afro-brasileiros ou da afro-diáspora alcançaram o baixo índice de 13,9%, somando os resultados das três emissoras pesquisadas.

Pior para os índios

Quando se fala da presença dos índios na TV pública os resultados são ainda mais graves. Nos talk-shows, 4/5 dos convidados foram pessoas euro-descendentes. Por exemplo: durante a semana pesquisada a TVE Brasil apresentou 71 convi-

dados euro-descendentes, 13 afro-descendentes e um índio-descendente. Na TV Nacional foram 95 euro-descendentes convidados, dez afro-descendentes e nenhum índio-descendente. O mesmo padrão foi apresentado pela TV Cultura. Em todos os canais foi impossível identificar qualquer apresentador desse gênero de programa que não fosse do segmento racial euro-descendente.

Essa disparidade, como avalia Joel Zito, é o reflexo da ausência de políticas públicas que assegurem o direito democrático de todos os segmentos populacionais terem seus semelhantes, com as mesmas características étnico-raciais, ocupando postos relevantes e altamente valorizados, seja em qualquer esfera.

“A TV e o cinema têm função civilizatória. E a TV pública tem papel importante na construção de novos cenários e novos modelos de produção e conteúdos, baseados na diversidade cultural e multirracial que caracterizam o nosso país”, constata ele.

Joel Zito alerta que ao continuar repetindo antigos modelos, deixando de incorporar as matrizes étnico-raciais negra e indígena, a TV pública reforça a ideologia do “branqueamento” da TV privada, que vincula a cultura negra ao atraso e ao anti-estético e associa

a cultura branca à beleza e à modernidade.

“O governo tem o compromisso com a diversidade do país”, lembra Joel Zito, ponderando que nesse momento histórico de redefinição e fortalecimento da TV brasileira, cabe ao poder público estabelecer frentes básicas de combate ao racismo e de valorização dos aspectos da cultura negra no Brasil. Ele acredita que se a TV pública criar programas de qualidade voltados para esse fim, conseguirá impactar a audiência e influenciar positivamente as TVs privadas.

“Estaremos estabelecendo um novo patamar, com uma imagem equilibrada e justa de um país que deve se orgulhar de ser o que é: um grande mosaico de raças e culturas”, ressalta Zito.

Em total sintonia com as conclusões do pesquisador Joel Zito, o publicitário e diretor do Instituto Mídia Étnica, Paulo Rogério Nunes, defende a descolonização dos meios de comunicação para resgatar conceitos e valores presentes na cultura negra.

Em entrevista ao Observatório do Direito à Comunicação, Rogério Nunes declara “inaceitável” que uma TV pública, que se propõe a dar voz aos diversos segmentos da sociedade, não represente o negro. Em sua opinião, hoje a estrutura dos meios e seu conteúdo

Foto: Edson Ruiz



Para Joel Zito, o governo deve ter compromisso com a diversidade

são extremamente nocivos à formação dos jovens e crianças afro-descendentes, por exercer forte influência na forma de viver e ver o mundo. Assim, “a tendência é negar a sua própria identidade, uma vez que negros e indígenas não são representados de forma digna na TV, que ainda valoriza a matriz européia de pensamento e comportamento”.

O caso baiano

A pesquisa coordenada por Joel Zito Araújo não vai se esgotar nos números já anunciados. Ele informa que estão em fase de processamento os dados da programação infantil das três redes, além de uma semana de gravação da TV Educativa da Bahia, sediada em Salvador, a capital de maior população negra do país e uma das maiores do mundo.

O diretor do Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), Pola Ribeiro, admite que as TVs públicas não refletem a diversidade racial do país e reconhece que essa situação não é diferente na emissora que dirige.

Ao assumir o cargo, ele contratou uma pesquisa do Ibope para traçar o perfil dos quadros funcionais da TVE, que comprovou a baixa representação de negros nas áreas de produção e apresentação de programas. A rigor, somente um rosto negro aparece na programação da emissora, o do jornalista Johny Santos, apresentador do principal noticiário.

“A partir desse levantamento começamos a implantar uma nova análise para a construção de uma programação que insira a cultura afro e indígena nas produções”, disse Ribeiro. ✕

“Manipulação genética” do debate sobre raça

Carlos Alberto Medeiros

Pesquisa recentemente divulgada por alguns órgãos de imprensa, de autoria de cientistas da Universidade do Estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos, traz novas evidências em favor da chamada hipótese “*Out of Africa*” – de resto, já predominante entre os cientistas que se ocupam das origens da humanidade: os primeiros seres humanos de pele clara, ancestrais dos atuais “brancos” ou “caucasianos”, teriam aparecido entre seis e 12 mil anos atrás. Tempo relativamente curto numa escala evolutiva de cinco milhões de anos, iniciada quando nossos antepassados desceram das árvores para ocupar as savanas da África Oriental.

A um leitor desavisado, o teor dessa notícia parece semelhante ao de uma outra, divulgada meses antes, e com grande estardalhaço por alguns veículos da mídia brasileira, pela qual se tomava conhecimento do elevado grau de “europeidade” de algumas celebridades brasileiras de pele escura e normalmente categorizadas – e muitas delas auto-identificadas – como “negras”.

Nas numerosas entrevistas que concedeu, o geneticista Sérgio Pena, responsável pela pesquisa, afirmou que seus resultados comprovavam as idéias do sociólogo Gilberto Freyre ao revelar o caráter mestiço desses brasileiros, o que, na visão dele, inviabilizaria uma política de ação afirmativa baseada em critérios raciais.

Mas a aparente semelhança das duas pes-

quisas, e principalmente dos objetivos de seus responsáveis, não resiste a um exame mais aprofundado. Diferentemente de seu colega brasileiro, os cientistas da Universidade da Pensilvânia não estenderam suas conclusões ao campo das relações entre os seres humanos para além da constatação auto-evidente de que todos temos uma origem comum – o que deveria estimular a solidariedade e contribuir para o esvaziamento de estereótipos e preconceitos. Não fizeram nenhum comentário sobre a existência ou inexistência de “raças”, decerto sabedores de que geneticistas devem ter muito cuidado em fazer comentários desse tipo, cujo teor extrapola os limites da genética. Não foi essa que criou o conceito moderno de “raça”, produto de uma construção sócio-histórica que antecede de séculos o próprio surgimento da genética como ciência.

Que o dr. Sérgio Pena incorreu em erro grave, gravíssimo, daqueles com potencial de manchar uma carreira reconhecidamente brilhante, atesta-o o conteúdo de um artigo assinado por dois eminentes geneticistas e publicado em 2004 pela prestigiosa revista científica *Estudos Avançados*, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Intitulado, significativamente, “Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e da ação afirmativa?”, afirmam eles, entre outras coisas, que, “mesmo não tendo o conceito de raça pertinência alguma, ele continua a ser uti-



Gravura de Victor Frond (1821-1888) /Reprodução do livro **Brasil pitoresco** (Charles Ribeyrolles e Victor Frond)

lizado, na construção social e cultural, como um instrumento de exclusão e opressão. Independentemente dos clamores da genética moderna de que a cor do indivíduo é estabelecida por apenas um punhado de genes totalmente desprovidos de influência sobre a inteligência, talento artístico ou habilidades sociais, a pigmentação da pele ainda parece ser um elemento predominante da avaliação social de um indivíduo e talvez a principal fonte de preconceito”.

E prosseguem: “(...) pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? *Prima facie* poderia parecer que sim, mas a nossa resposta é um enfático NÃO. (...) “Não compete à genética fazer prescrições sociais”. A definição sobre quem deve se beneficiar [dessas medidas] deverá ser resolvida na “esfera política, levando em conta a história do país, o sofrimento de seus vários segmentos e análises de custos e benefício.”

Eloqüente e elucidativo, esse artigo ganha ainda maior significação quando se revelam os nomes de seus autores: Sérgio Pena – ele mesmo! – e Maria Cátira Bortolini. Que teria acontecido nos últimos três anos para que o festejado geneticista mudasse tão radicalmente de posição? O que o teria feito rever, sem nenhuma explicação, a idéia – muito bem fundamentada do ponto de vista epistemológico – de que ge-

neticista deve tratar de genética, e não de sociologia? Por que diabos um sapateiro, plenamente conhecedor – e até ontem defensor – da regra que o impede de ir além das sandálias, ultrapassa com tanta avidez seus domínios profissionais/cognitivos para se lançar ao mar tenebroso do reacionarismo neo-racista, disfarçado sob a pele de cordeiro de seu exato oposto?

A hipótese, hoje predominante, de que a África é o berço de toda a humanidade, juntamente com as descobertas que apontam o caráter relativamente recente das diferenciações fenotípicas articuladas sob o moderno conceito de raça, constitui um instrumento poderoso de promoção da solidariedade e da fraternidade humanas, particularmente numa sociedade como a nossa, marcada por séculos de exclusão baseada no racismo. Utilizar a ciência para, num passe de prestidigitação genética, negar a realidade, defender o *status quo* e impedir a mudança é apenas mais uma demonstração da forma perversa como as elites brasileiras costumam defender seus interesses particulares mediante o apelo a valores universais. Só falta avisá-las de que o mundo está mudando.

Carlos Alberto Medeiros é doutor em Ciências Sociais; autor de *Na lei e na raça. Legislação e relações raciais Brasil-Estados Unidos*; e co-autor de *Racismo, preconceito e intolerância*.

Memória

poeta do povo

artista plástico

coreógrafo

ator

Francisco Solano Trindade está entre as personalidades de participação mais ativa na História contemporânea do Brasil. Em julho de 2008, comemorou-se o centenário de seu nascimento. A Revista Palmares aproveita a oportunidade para resgatar a sua memória, obra e importância histórica

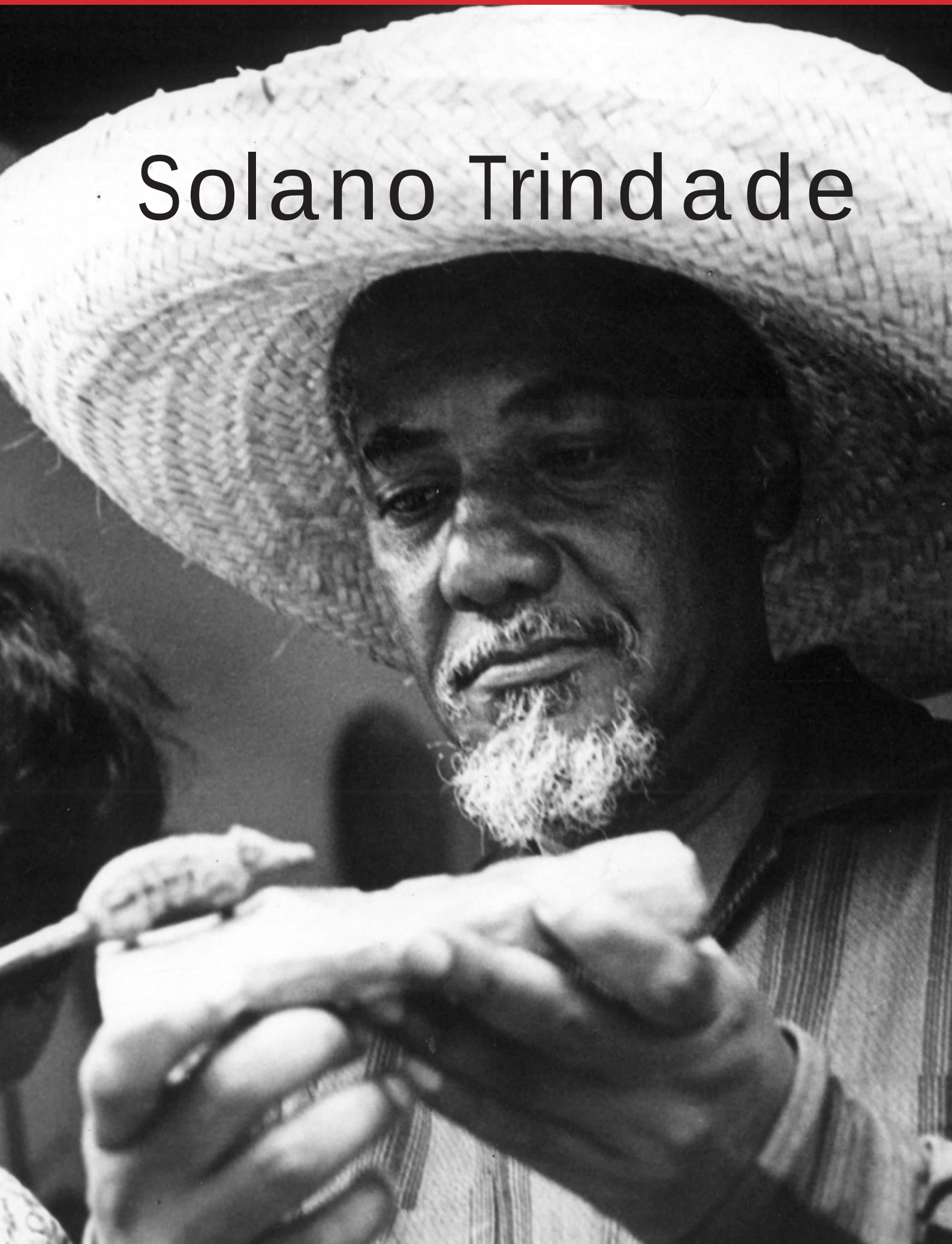
Rodrigo Salvador

folclorista

ativista político

referência para o
movimento negro

Solano Trindade



Solano Trindade nasceu em 24 de julho de 1908, no bairro pobre de São José, no Recife (PE).

Filho de um sapateiro e uma doceira, conviveu na infância e na adolescência com a desigualdade racial. Mas, também, com a riqueza da cultura popular pernambucana. Os seus primeiros poemas foram publicados na revista do Colégio XV de Novembro, onde cursou o secundário. Já àquela época, os versos traduziam a marca que acompanharia a sua obra e militância: a valorização da cultura popular, a luta pela igualdade racial e pela democracia.

Em 1934, ele organizou no Recife o I Congresso Afro-Brasileiro e dois anos depois criou o Centro Cultural Afro-Brasileiro, expondo os seus primeiros quadros. Em 1940, transferiu-se para Pelotas, no Rio Grande do Sul, fundando o Grupo de Arte Popular, de teatro. Dois anos depois seguiu para o Rio de Janeiro, onde além de produzir grande parte da sua obra

“A leitura dos seus versos deu-me a confiança no poeta que é capaz de escrever *Poema do homem* e *O canto de Palmares*. Há nesses versos uma força natural e uma voz individual rica e ardente, que se confunde com a voz coletiva”.

Carlos Drummond de Andrade

literária, criou, com Edison Carneiro, o Teatro Popular Brasileiro (TPB), e com Abdias Nascimento, o Teatro Experimental do Negro.

“O Teatro Experimental do Negro funcionou como um núcleo ativo de conscientização dos negros para assumirem orgulhosamente a sua identidade e lutar contra a discriminação”, disse o antropólogo Darcy Ribeiro, em 1974, em depoimento sobre Solano Trindade.

De acordo com o diretor de Promoção, Estudos, Pesquisa e Divulgação da Fundação Cultural Palmares, Antônio Pompêo, “temos uma dívida, não apenas com a memória de Solano Trindade, mas principalmente com as novas gerações, que precisam conhecer a obra, o pensamento e, sobretudo, o exemplo que ele representa para o nosso país”.

O teatro de Solano

Apesar do apoio de intelectuais como Darcy Ribeiro, o teatro de Solano, com atores negros e abordando temas relacionados à cultura, à história e à realidade racial, desagradou a setores influentes e conservadores da sociedade. A sua estréia em maio de 1945 levou o jornal *O Globo* a se referir, em editorial, a Solano e aos atores como “um grupo palmarista tentando criar um problema artificial no país”, ecoando a afirmação clássica da democracia racial, que ignora

a existência de discriminação aos negros.

Na década de 1950, Solano foi o primeiro a montar o clássico *Orfeu da Conceição*, de Vinícius de Moraes, mais tarde adaptada para o cinema com o título *Orfeu negro*, pelo cineasta francês Marcel Camus. Também realizou o documentário *Brasil dança*, co-produziu o filme *Magia verde* e, como ator, atuou nos filmes *O santo milagroso*, *Agulha no palheiro*, *A hora e a vez de Augusto Matraga*, num elenco que contou com nomes como Jofre Soares, Flávio Migliaccio, Leonardo Villar e Maurício do Valle.

Militância política

Paralelamente à sua atuação cultural e no movimento negro, Solano Trindade foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A sua obra refletia as suas três opções, mas foi na poesia que ele inegavelmente expressou de forma mais contundente o seu sentimento em relação a todos os oprimidos.

Um dos seus mais conhecidos poemas, *Tem gente com fome*, foi musicado em 1975 por João Ricardo para o primeiro disco de *Os secos e molhados*, mas a gravação foi proibida pela censura do regime militar. A música só seria gravada quatro anos depois, por Ney Matogrosso, quando a banda já havia sido desfeita.

“Para Solano Trindade, a

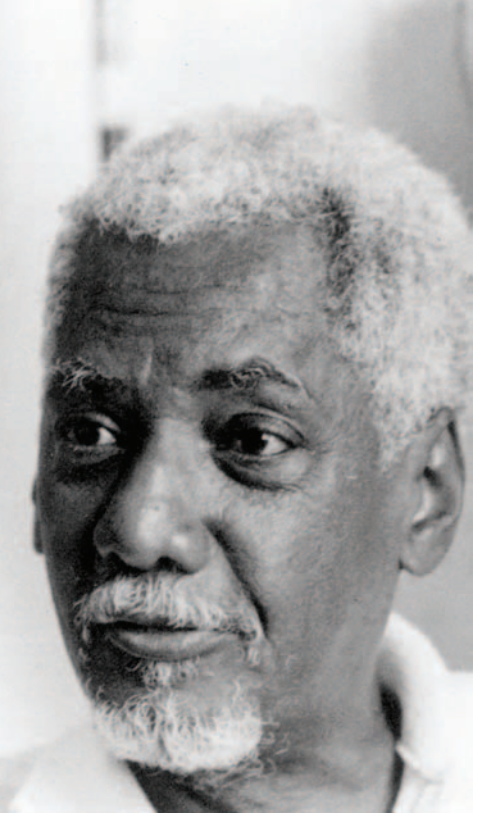
produção artística foi um projeto de intervenção social. Foi através desse projeto, primeiro como poeta e posteriormente como teatrólogo, que ele difundiu a sua mensagem revolucionária”, avalia a professora Maria do Carmo Gregório, em tese de mestrado sobre Solano, no curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A expressividade da poesia de Solano Trindade não passou despercebida pelo escritor Carlos Drummond de Andrade, reconhecida numa carta enviada ao poeta negro, datada de 2 de dezembro de 1944, comentando o seu primeiro livro, *Poemas d’uma vida simples*, na época recentemente lançado.

“A leitura dos seus versos deu-me a confiança no poeta que é capaz de escrever *Poema do homem* e *O canto de Palmares*. Há nesses versos uma força natural e uma voz individual rica e ardente, que se confunde com a voz coletiva”.

No final da década de 1950, Solano Trindade mudou-se para a cidade paulista de Embu, que com a sua presença se transformou em centro cultural. Ele recriou o Teatro Popular Brasileiro, mas no final de 1960 já estava com a saúde debilitada. O poeta faleceu em 20 de fevereiro de 1974 na cidade do Rio de Janeiro, pobre e esquecido, numa clínica no bairro de Santa Teresa.✕

“Agradam-me profundamente os títulos de poeta negro, poeta do povo, poeta popular, às vezes ditos de modo depreciativo, mas que me dão uma consciência exata do meu papel de poeta na defesa das tradições culturais do meu povo e na luta por um mundo melhor”



Tem gente com fome

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Piiiiii
Estação de Caxias
de novo a dizer
de novo a correr
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Vigário Geral
Lucas
Cordovil
Brás de Pina
Penha Circular
Estação da Penha
Olaria
Ramos
Bonsucesso
Carlos Chagas
Triagem, Mauá
trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer

tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar
Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Só nas estações
quando vai parando
lentamente
começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
Mas o freio de ar
todo autoritário
manda o trem calar
Psiuuuuuuuuuuuu

Resenhas



Foto: Adenor Gondim

Como em Shakespeare

Aos 12 anos ele assistiu à sua família ser dizimada. Aos 14, foi “recrutado” para o Exército e durante três anos foi obrigado a exterminar centenas de vidas. Hoje, aos 27 anos, Ishmael Beah vive nos Estados Unidos, trabalha em programas humanitários e é autor de Muito longe de casa – Memórias de um menino soldado, livro biográfico que se tornou best-seller mundial.

Waldomiro Santos Jr.

Mesmo em meio a um cenário de barbárie, alimentado por matanças tribais e disputa de poder em um país que está entre os mais miseráveis do mundo, Ishmael Beah parecia viver em outro mundo. Antes da sua família ser dizimada por rebeldes do grupo que se autoproclamou Frente Revolucionária Unida, ele era conhecido em sua aldeia por recitar William Shakespeare e por ouvir e cantar hip hop.

Era a arte, a poesia em meio à mais cruel e sórdida degradação humana, traduzida para o chamado “mundo civilizado”, na guerra civil que em 1993, pela primeira vez em toda a sua história, colocou Serra Leoa nos principais jornais e noticiários de TV do planeta.

Ao ser incorporado ao Exército com a idade de 14 anos,

Beah não mais ouvia o hip hop RUN-DMC, nem a sua voz reproduzia a dramaticidade criada pelo gênio de Shakespeare. A única canção que ouvia saía do seu fuzil A-47 e o drama em que era personagem estava montado num cenário real, com apresentação ininterrupta dia e noite.

A arte propriamente dita, aquela da ficção, fazia parte do enredo de horror em que a sua vida estava mergulhada.

“À noite assistíamos a alguns filmes. Filmes de guerra: *Rambo – Programado para matar; Rambo II, Comando para matar* e por aí em diante... Todos queríamos ser iguais ao Rambo”, descreve no capítulo 14 do livro.

As sessões de cinema eram parte da lavagem cerebral que os militares faziam nos meni-



Muito longe de casa, de Ishmael Beah. Rio de Janeiro, Ediouro, 2007, 232 p.

nos-soldados. Ao “heroísmo” inspirado pelo cinema juntavam-se coquetéis de anfetaminas e *brown brown*, um mix de cocaína e pólvora, e também muita maconha. A receita era infalível, produzia crianças assassinas em série, prontas para exterminar, com requinte de selvageria, qualquer um que estivesse à sua frente, principalmente se tivessem nas mentes um motivo transcendental.

“Nossos inimigos mataram sua família”, repetiam os comandantes insistentemente para os meninos-soldados-vítimas, conforme o relato de Beah.

Mas se até mesmo Rambo em suas histórias de carnificina tem direito a um final feliz, o roteiro reservado pela vida a Beah seguiu com maestria o estilo hollywoodiano. Ele foi encontrado por uma

missão da ONU e voluntários do Unicef resgataram nele a humanidade que parecia definitivamente perdida. Foi para os Estados Unidos em 1998, formou-se em Ciências Políticas e hoje é membro do Comitê de Direitos da Criança da ONG *Human Rights Watch* e participa dos congressos organizados por organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Relações Internacionais dos Estados Unidos, relacionados com crianças vítimas de guerras.

“Só tenho uma missão: ajudar as crianças que estão na mesma situação que um dia eu vivi, a recuperar sua infância e sua auto-estima, a própria vida”, declarou Beah em julho de 2007, no Brasil, durante a Festa Literária Internacional de Parati.

Muito longe de casa já foi lançado em 18 países (no Brasil pela Ediouro) e deve chegar pelo menos a outros 20.

Nem tudo, entretanto, se transformou em flores, como num passe de magia ou conto de fada.

Ainda hoje, quase 10 anos depois do seu resgate para a humanidade, fantasmas do passado ainda acompanham Ishmael Beah. As imagens da primeira vez em que cortou a garganta de um homem são um dos seus pesadelos no silêncio das noites. Talvez porque os dois mundos em que a sua vida se dividiu sejam marcadamente o mundo de Shakespeare: real. ✕

Entre o barro e a escrita

A história de Ponciá Vicêncio descreve os caminhos, as andanças, as marcas, os sonhos e as decepções da protagonista. A autora mostra a vida de Ponciá desde a infância à idade adulta, analisando seu envolvimento com a família e os amigos, centrada na herança identitária do avô à época da abolição da escravidão, fundamental na definição da personagem.

Íris Amâncio

Ancestralidade, memória, poesia e identidade negra. Esse é o eixo discursivo de *Ponciá Vicêncio*, romance artesanalmente moldado por Conceição Evaristo, cujas mãos se fundem às da protagonista, tornando-se, qual barro, “matéria argamassa para outras vidas”, para “ajudar a construir a história dos seus”.

Elo entre o passado e o presente, Ponciá atualiza a presença do ancestral Vô Vicêncio em seu percurso ficcional habitado por desejos, sonhos, ausências e desencantos. O jeito de andar, o braço cotoco, a mão fechada para trás e o transe entre o riso e o choro, como de seu avô, ligam a personagem às suas heranças identitárias. Neta de escravos e artesã do barro como a mãe, a menina problematiza sua identidade a partir dos sentidos de sua existência: o nome, do qual não gostava por remeter ao pertencimento escravo ao



Ponciá Vicêncio, de Conceição Evaristo. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2003, 132 p.

coronel Vicêncio; o arco-íris, cobra celeste que afirma e retoma suas subjetividades; as percepções sensoriais, que permitem a Ponciá ver, ouvir, comer, cheirar e apalpar tudo ao seu redor, inclusive a própria narrativa por meio da qual se revela ao leitor.

Da infância à fase adulta, Ponciá representa e enuncia a complexidade da vida da população negra nos tempos da Abolição da Escravidão.

tura, bem como os impactos da condição escrava sobre o imaginário de brancos e negros, num processo coletivo que, paradoxalmente, consolida e recusa o sistema social brasileiro de bases racistas.

Mulher negra de intensa expressão emocional, Ponciá confere sentidos ao não-dito, às imagens e aos silêncios que habitam sua realidade feminina, em um cotidiano de ausência do amor, da felicidade e do prazer, diante da opressão racial, das dificuldades econômicas e da violência do marido, também frutos do mesmo sistema.

Sob a cosmicidade de seu

arco-íris memorialístico, a protagonista traz para o presente as tensões entre o rural e o urbano, as lembranças e os esquecimentos, a partida e o retorno, entre a vida e a morte. Suas relações familiares encontram-se continuamente reconstituídas; fortes laços de família colaboram para a reafirmação de seu pertencimento identitário, no qual se entrecruzam as marcas da ternura, da solidariedade e do amor, fios mantenedores das lembranças de Ponciá.

Com maestria, a autora potencializa os saberes do barro e da escrita, ao longo de uma história que registra

e problematiza os processos sociais de eternização da condição escrava do negro, da sua falta de acesso aos bens socioculturais de qualidade e das frustrações a que se encontra constantemente sujeito, assim como a insistente demanda de afirmação de sua capacidade intelectual, frente aos discursos de superioridade do branco. “Reinventando sempre e sempre”, o potencial narrativo de Conceição Evaristo comove os leitores de língua portuguesa e adentra o universo de língua inglesa, com a recente tradução norte-americana de *Ponciá Vicência*.✕

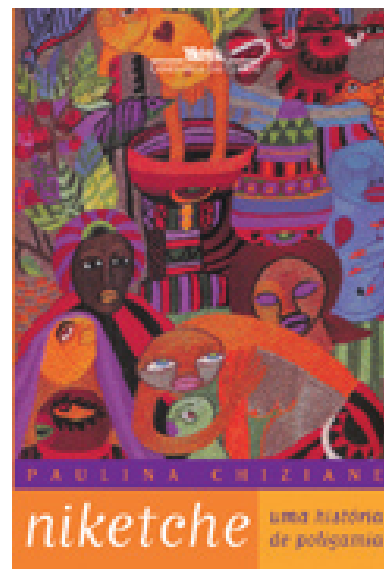
Pela ótica feminina

A narrativa do livro é um contraste entre o feminino e o masculino. Representando as mulheres estão Rami e as amantes de seu marido, Tony – a parte masculina do texto, retratado como egoísta, ausente e manipulador. Pólos normalmente complementares, homem e mulher na narrativa de Pauline Chiziane entram em choque.

Íris Amâncio

N*iketche*, dança tradicional do norte de Moçambique, da região da Zambézia e de Nampula, performatizada como uma mescla de amor e erotismo no ritual de iniciação das meninas do interior, in-

titula o primeiro romance moçambicano escrito por uma mulher. Como na dança, Paulina Chiziane inicia o leitor ao universo tradicional de seu país, por meio de uma narrativa em que a terceira pessoa se mescla



Niketche: uma história de poligamia, de Pauline Chiziane. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2004, 344 p.

continuamente a falas em primeira pessoa, encenando subseqüentes imagens femininas, com seus valores, percepções e papéis sociais junto aos diversos

grupos étnicos aos quais pertencem.

O enredo desenvolve-se a partir da história de Rami, cujo marido Tony se encontra envolvido com outras quatro mulheres espalhadas do sul ao norte de Moçambique. Ao constatar a infidelidade do esposo, a protagonista inicia uma viagem em busca do conhecimento e enfrentamento das amantes, ao longo da qual induz o leitor a vivenciar as realidades geoculturais de Inhambane, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, províncias onde residem Lu, Ju, Saly e Mauá, as outras mulheres de Tony, e seus vários filhos. Rami decide assumir seu papel social como *nkosikasi* e exigir o cumprimento de seus direitos e deveres como primeira esposa. Todavia, a assunção dessa repentina identidade faz com que a protagonista retome e revise sua própria trajetória como mulher em Moçambique.

As pequenas narrativas

das demais personagens femininas entrelaçam-se à história de vida de Rami. Ao mesmo tempo, permitem que a autora problematize o cotidiano das mulheres moçambicanas, fiéis aos seus maridos e às suas tradições étnicas, diante da prática da poligamia, considerada um sistema tradicional, filosoficamente pautado nas noções de coletividade, ampliação e preservação do grupo étnico. Mas a história se conduz para um sofrido processo de traição conjunta, protagonizado pelas atitudes e o caráter de Tony, ao desrespeitar o juramento de ser fiel a uma só mulher, Rami, por toda a sua vida e, como polígamo, recusar-se a assumir, com dignidade, as outras quatro famílias por ele constituídas.

Tal viagem ficcional também conduz Rami e o leitor a uma vivência em nível de alteridade, rumo aos desconhecidos universos das amantes, explicitando diferenças

culturais existentes no país. Representam-se as especificidades histórico-geográficas, lingüísticas, de costume e de gênero, principalmente das etnias Changana, Maconde, Nyanga, Ronga e Sena.

Ancestralidades, provérbios, contos, ensinamentos, capulanas, lobolo e outros rituais, sonhos, dores, amores, obrigações e limitações da condição feminina em Moçambique passam a habitar as cenas ficcionais das pequenas narrativas em cadeia, literariamente montadas por Paulina Chiziane ao longo do romance, com uma linguagem permeada por humor, lirismo e militância feminina.

Assim, *Niketche – uma história de poligamia* enuncia ao leitor, em termos de gênero, a perspectiva de que, no futuro, as meninas moçambicanas sejam “*também recebidas com cinco salvas de tambor, no tecto do lar paterno e na sombra da árvore dos seus antepassados.*” ✕

Nem sempre é fácil no Brasil encontrar livrarias com títulos relacionados à realidade dos negros. E isso vale tanto para a literatura quanto para a não-ficção. Nas grandes livrarias apenas os títulos principais estão disponíveis. Mas existem aquelas onde o leitor interessado pode encontrar uma maior variedade de títulos de escritores negros e/ou relacionados com a negritude. Estão listadas abaixo e esperamos que, com a colaboração dos nossos leitores, essa relação seja ampliada, contemplando todos os estados do Brasil.

SÃO PAULO

Arsenal do Livro – Rua Matias Aires, 78 (3 quadras da Paulista, entre as ruas Augusta e Frei Caneca) – (11) 3253-5801

PORTO ALEGRE

Palavraria – Rua Vasco da Gama, 165, Bom Fim – (51) 3268-4260

BELO HORIZONTE

Mazza Livraria – Espaço Cultural Afro – Av. do Contorno, 6000, Loja 01, Savassi (esq. Av. Cristóvão Colombo) – (31) 3281-5894 ou

(31)8869-6349

Sobá Livraria & Café – Rua Rio de Janeiro, 1278, Centro – (31) 3224-7655

RIO DE JANEIRO

Kitabu Livraria Negra – Um lugar de encontro da expressividade afro-brasileira -Rua Joaquim Silva, nº 17, Lapa – (21) 8887- 0576 ou (21) 2224-9847

SALVADOR

Edufba – Rua Augusto Viana, s/n Canela – (71) 3263-7075

Reação ao colonialismo

Retrato do dia-a-dia da capital e do interior da Guiné antes da independência. Esse é o cenário de A última tragédia, livro de Abdulai Sila que conta a saga da jovem Ndani e abre espaço para a discussão sobre o processo de independência do povo.

Íris Amâncio

A última tragédia, romance guineense, revela-se como uma narrativa em tensão. Sob a perspectiva de seu discurso político, a obra ficcionaliza a conflituosa relação entre o negro-africano e o branco-ocidental em tempos de colonialismo português na Guiné-Bissau. Por outro lado, e ao mesmo tempo, explicita conflitos internos relativos às relações étnico-raciais no país e o quanto, até hoje, interferem e determinam as relações políticas, econômicas e culturais.

O trânsito da personagem feminina Ndani, em sua trajetória da tabanca (aldeia) à capital, apresenta-se como um processo árduo e envolto em sofrimentos, sob a crença de que a vida da protagonista esteja marcada pelo feitiço de *mufunesa* (azar, desgraça), a partir do qual carrega a maldição da infelicidade. A construção da narrativa, por sua vez,

funde a história de Ndani à história da Guiné-Bissau, malfadada pela dura realidade colonial até os anos 70 e pelas graves consequências do colonialismo nos anos 80. Ao narrar a sequência de tragédias vivenciadas por Ndani (perdas, mortes e opressão), Abdulai Sila explicita ao leitor, por um lado, as lacunas e práti-

cas violentamente cruéis do sistema colonial português, subsidiadas pelo racismo, pela escravização dos nativos africanos e pela exploração das terras, bem como pelo silenciamento das expressões culturais locais.

Embora o romance evidencie essa tensa relação dicotômica entre negros colonizados e brancos colonizadores, o autor cuida para que o colonialismo português seja percebido também por um período em que se originam e se consolidam as bases do processo de construção nacional. Por outro lado, o leitor é ainda levado a perceber as peculiaridades das culturas guineenses a partir dos diversos papéis e interações sociais assumidos por Ndani.

De adolescente do interior a criada, esposa e mulher livre de vida urbana, a protagonista expressa e permite ao leitor perceber as diferentes formas de olhar, viver e conviver em tempos coloniais e pós-coloniais. Nesse trânsito, Abdulai Sila disponibiliza ao leitor os cheiros, os sabores e os saberes da terra, expressões culturais de Biombo, Catió e Quinhamel, sendo esta a aldeia metonímico-literária da resistência guineense ao jugo português.

Esse amplo contexto étnico apresenta-se inscrito em língua portuguesa, em linguagem rasurada, subvertida pelo ritmo, pela



A última tragédia, de Abdulai Silas.
Rio de Janeiro, Pallas, 2006, 192 p.

sintaxe e pelo vocabulário, como se o autor estivesse a conferir-lhe um sotaque crioulo-guineense.

Por meio de Ndani, portanto, Abdulai Sila introduz o leitor aos fundamentos político-filosóficos e às diferentes vivências da tradição oral guineense. Paralelamente, a história da protagonista dialoga com o discurso do Régulo de Quinhamel, respeitado pensador e legislador local.

Bsum Nanki, por sua vez, atualiza e dinamiza as práticas tradicionais e, como chefe mantenedor da cosmovisão

de seu grupo étnico, contrata um professor africano-guineense para conduzir o processo educacional de seu povo, numa atitude ideologicamente marcada pelo repúdio à figura colonial do assimilado, sempre a serviço do regime português. Por isso, destaca-se o professor, ao performatizar o sujeito que, percebendo-se como assimilado e os limites ideológicos dessa condição, rebela-se contra o sistema colonial que o oprime e o obriga a caricaturalmente tornar-se um igual.

A última tragédia entrelaça realidade e ficção. Com isso, o viés trágico se manifesta não somente em termos aristotélicos, como expressão de horror e piedade, mas principalmente sob as óticas negro-africana e hegeliana, revelando-se como a releitura de realidades em conflito, permeadas pelas artimanhas da comicidade. Desse modo, Abdulai Sila traz à cena literária histórias e experiências da realidade e, à moda guineense, “sempre sem acrescentar sal, nem tirar mulu.” ✕

REVISTA
Palmares

CULTURA AFRO-BRASILEIRA

A revista *Palmares - Cultura Afro-Brasileira* recebe contribuições para publicações.

Publicamos ensaios, artigos, resenhas de livros, de cds e de filmes.

Envie sua colaboração para o e-mail:
revista.palmares@palmares.gov.br

Um novo modo de ler

Muniz Sodré

Eis um fato que hoje pouco se comenta (ou que, na verdade, pouco se sabe): o livro não tinha maior importância na aurora do sistema de pensamento que veio a se chamar de Ocidente. Isso foi frisado por Heidegger. Pensar para o antigo grego era atividade pública e oral.

Em nossa modernidade, entretanto, a forma codex (escrita unidirecional, páginas organizadas em cadernos e costuradas), depois chamada livro, impôs-se aos usos e aos espíritos como *locus* do conhecimento centrado, da leitura que constitui pastoralmente a cidadania, da produção do sentido e do real medidos pela escala do humanismo. O livro é a melhor das metáforas para a educação, para o conhecimento que, no passado fordista, garantiu a ascensão social dos estratos mais pobres e sem o qual não se pode hoje conceber dinâmica de crescimento econômico. Tal é o horizonte em que o livro foi olhado pelos pobres como tábua de salvação.

Por isso, guardar o livro

e estimular a sua circulação por políticas adequadas implicam preservar o fio condutor das idéias que garantem a transmissão intergeracional do sentido de povo e de Nação. Essa transmissão faz parte do segredo da cultura.

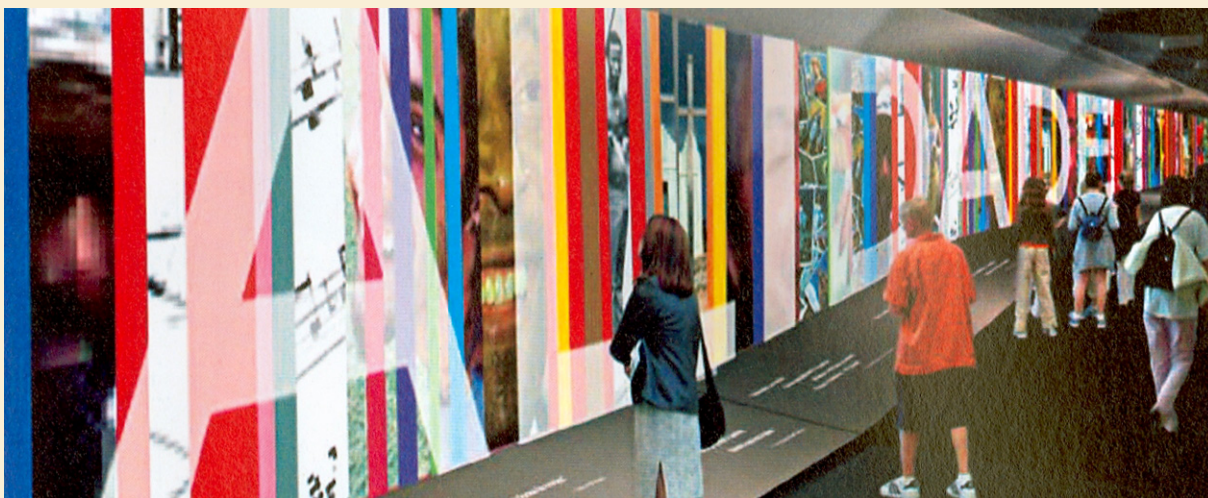
Mas estamos inclinados a achar que o futuro humano dos modos de transmissão do saber depende não tanto da mera natureza técnica do dispositivo (*bits* ou papel), e sim da conquista de uma forma suscetível de nos oferecer abrigo contra os perigos de morte do sentido. Pensamos que, para isso, seria necessário termos como ponto de partida o fato que a leitura é, hoje, uma prática heterogênea ou plural. Ou seja, há novos modos de ler.

De fato, o impresso (livro, revista, jornal etc.) não é a única coisa que se lê. Basta atentarmos para todas as acepções da palavra latina *interpretari*, para nos darmos conta de que ela significa também “ler” – e numa maior amplitude do que *legere*, que

se consolidou com o sentido de recolher e juntar as letras dentro das regras da razoabilidade (o *logos* moderno) unidimensional e linear. Na verdade, nós estamos lendo quando interpretamos um anúncio publicitário, um *outdoor*, um videoclipe. E certamente lemos um hipertexto – em que fazemos necessariamente conexões com uma textualidade diversa – de maneira diferente de um livro.

Há, portanto, uma diversidade de escritas, assim como uma diversidade de leituras.

Essa diversidade é acelerada pelas tecnologias do virtual, essas mesmas que conformam uma nova ambiência comunicativa e formas novíssimas de existência. Trata-se do que vimos chamando de *bios* midiático, ou seja, uma nova forma de vida que implica indistinção entre tela e realidade – realidade “tradicional”, bem entendido, uma vez que a realidade de hoje já se constitui dentro da integralidade do espetáculo ou da imagem a que aspira o virtual



Concepção artística do telão instalado no Museu da Língua Portuguesa

O impresso (livro, revista, jornal etc.) não é a única coisa que se lê. Na verdade, nós estamos lendo quando interpretamos um anúncio publicitário, um *outdoor*, um videoclipe. E certamente lemos um hipertexto – em que fazemos necessariamente conexões com uma textualidade diversa – de maneira diferente de um livro. Há, portanto, uma diversidade de escritas, assim como uma diversidade de leituras.

Por conseguinte, as novas formas de escrita e de leitura circulam no mesmo contexto sociocultural dos modelos industriais que transformam a vida em sensação ou em entretenimento.

É o contexto de uma economia poderosa voltada para produção e consumo de filmes, programas televisivos, música popular, parques temáticos, jogos eletrônicos. Mas o importante a se notar aqui é que a diversidade de escritas e leituras implica o descenramento cultural do livro, isto é, a perda do monopólio clássico de manutenção

da memória e transmissão da cultura. Esse é um movimento irreversível, principalmente quando se considera que é a juventude o sujeito coletivo da apropriação dessas novas escritas e leituras.

Em princípio, deveríamos nos rejubilar com essa verdadeira mutação cultural. Entretanto, somos levados a ponderar sobre a ausência de mediações ético-políticas para a relação que se estabelece entre esses jovens e as grandes organizações industriais, responsáveis pela produção e venda dos textos (letrados e imagísticos) que suscitam a diversidade

de leituras. A única lógica aí predominante é a do mercado e não a da escola, essa forma de transmissão da cultura, baseada no livro, que vem criando os quadros das profissões e da cidadania desde o começo da modernidade europeia.

Ao Estado, impõe-se certamente a obrigação de formular políticas públicas de cultura capazes de construir as mediações requeridas pela mutação tecnológica e cultural em andamento. O Ministério da Cultura e o Ministério da Educação são os braços do Estado que já se movimentam ativamente nesse sentido.✕

Muniz Sodré é doutor em Comunicação Social, pesquisador, escritor, professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro e presidente da Fundação Biblioteca Nacional.



A Festa Literária de Porto de Galinhas (Fliporto) internacionalizou-se e transformou o Brasil em um pólo congregador dos países latino-americanos. Para a escritora Nélida Piñon, presente à Festa no ano passado: “Toda a história humana pode estar dentro de uma frase feliz”, afirmou. Primeira mulher a presidir a Academia Brasileira de Letras, Nélida diz acreditar que não se pode ser um escritor moderno sem ser arcaico. “Precisamos de no mínimo cinco mil anos de inspiração”, defendeu ela, reverenciando a importância e a contribuição da história para a literatura.

A Fliporto já colocou a cidade de Porto de Galinhas no calendário cultural do Estado de Pernambuco e lhe deu destaque entre os encontros literários nacionais e internacionais. A partir de uma conjugação de lastro acadêmico atualizado com a vitalidade da presença do autor e do livro, são feitos painéis estruturados, conforme motivações estéticas e ideológicas, com plataforma leve, ágil, mas consistente e profunda, no trato da literatura. Um formato de evento especial que retrata a experiência intercultural.

Agora, nos estendemos à África, com o tema “Trilha da Diáspora: Literatura em África e América Latina”. Com atenção aos países de língua portuguesa, porém celebrando autores como a primeira mulher africana negra a receber o Prêmio Nobel da Paz, Wangari Maathai (Quênia, 2004); o primeiro africano negro Prêmio Nobel de Literatura, Wole Soyinka (Nigéria, 1986); os angolanos José Eduardo Agualusa e Artur Pestana, mais conhecido por Pepetela, vencedor do Prêmio Camões pelo conjunto de sua obra e militante do Movimento Popular pela Libertação de Angola; o moçambicano Marcelino dos Santos, escritor e membro fundador da Frente de Libertação de Moçambique.

Na praia de Porto de Galinhas, antigo porto de escravos, de 06 a 09 de novembro, dar-se-á a travessia do Atlântico, mas no sentido inverso ao dos navios negreiros que trouxeram ao nosso continente mais de 9 milhões de escravos, a partir dos primeiros anos do século XVI. Aos 120 anos da Abolição, celebrar o significado da África no Brasil e na América Latina, nós, afro-brasileiros, afro-latinos, latino-americanos a congregar os vários desdobramentos da diáspora africana nestes tempos pós-coloniais. Conscientes de suas vastas raízes, sabedores que os próprios iberos colonizadores já traziam dentro de si o sangue norte-africano, após oito séculos em que eles dominaram a península.

Tudo dentro da perspectiva característica da Fliporto, que não vê a literatura como mero entretenimento, mas como fator educacional de formação humanística, de equilíbrio existencial por meio da imaginação, como parte arquetípica e ancestral da cultura, como princípio ético/estético a preencher o vazio e fortalecer no homem a coragem, a resistência, o gosto da beleza, a busca de si mesmo, a solidariedade alegre de continuar no texto literário o sonho e a magia de estar vivo, por entre a injustiça, o sofrimento e o absurdo.

Antônio Campos

O CANTO DA LIBERDADE

Ouço um novo canto,
Que sai da boca,
de todas as raças,
Com infinidade de ritmos...
Canto que faz dançar,
Todos os corpos
De formas,
E coloridos diferentes...
Canto que faz vibrar,
Todas as almas,
De crenças,
E idealismos desiguais...
É o canto da liberdade
Que está penetrando,
Em todos os ouvidos...

Solano Trindade

